

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 16.10.2023

Medidas de benefício para a população

Desde a reabertura total das fronteiras no início do ano, o Governo tem vindo a reforçar o alargamento das fontes de turistas e a recuperação do turismo tem sido boa. No primeiro semestre, entraram 11,646 milhões de visitantes, e o consumo por pessoa e a taxa de ocupação hoteleira aumentaram consideravelmente. As receitas do jogo de Setembro, apesar do abrandamento em relação a Agosto, aumentaram 4,04 vezes, em termos homólogos, atingindo 14,937 mil milhões de patacas, ou seja, 68 por cento do nível registado no mesmo período antes da pandemia. A situação de emprego e as condições de vida melhoraram. Estes trabalhos merecem o nosso reconhecimento.

Porém, os rendimentos da maioria da população ainda não recuperaram, e os preços continuam a subir. O Índice de Preços no Consumidor Geral de Agosto de 2023 cresceu 0,99 por cento em termos anuais, e 0,04 por cento em termos mensais. O poder de compra dos residentes manteve-se fraco, afectando a qualidade de vida. Face à contínua subida dos juros da Reserva Federal dos Estados Unidos da América, aumentaram as despesas de vida da classe média, especialmente dos que têm prestações de casa. Segundo a AMCM, até ao fim de Agosto, a taxa de empréstimos incobráveis aumentou de 1,9 por cento no final de Abril para 2,3 por cento, situação que merece a nossa atenção. Em suma, a vida da população em geral continua difícil, pois não está a partilhar dos resultados da recuperação económica.

No início deste mês, o Chefe do Executivo afirmou que, no próximo ano, irá dar continuidade às actuais medidas de benefícios sociais, incluindo o Plano de Participação Pecuniária e, com o apoio da Autoridade Monetária de Macau, a Associação de Bancos de Macau anunciou, com vista a ajudar os clientes a ultrapassarem as dificuldades, a prorrogação do prazo da medida de “devolução do juro mas suspensão do reembolso do capital” por mais um ano. Expresso o meu apoio e reconhecimento por isso. Espero que o Governo da RAEM possa compreender a situação da população, atenuar as suas dificuldades, dar continuidade aos trabalhos de apoio aos grupos sociais em situação vulnerável, nomeadamente, os idosos, os deficientes, as famílias monoparentais, os doentes crónicos e os cuidadores, e conceder, quando as condições financeiras o permitirem, mais uma prestação do subsídio, por forma a aliviar os seus encargos económicos e de vida.

Espero que as autoridades continuem a investir mais recursos nos serviços sociais e a apoiar as camadas mais desfavorecidas. Proponho aperfeiçoar o “Projecto-piloto do subsídio para cuidadores”, alargar o âmbito dos destinatários e relaxar os requisitos de candidatura, reforçar os serviços urgentes de cuidados e de cuidados domiciliários aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência, em colaboração com as associações, e proceder, quanto antes, ao planeamento no topo das políticas relativas aos cuidadores, para estes terem mais descanso.

Quanto a outras medidas de apoio às camadas mais desfavorecidas, como, promover uma cidade livre de barreiras arquitectónicas, otimizar as respectivas instalações, continuar a aperfeiçoar os serviços de tratamento precoce e o ensino integrado, encarar o impacto negativo do aumento dos preços dos produtos na vida da população e na recuperação económica, reduzir mais estes preços, criar um ambiente favorável à família, ajudar os trabalhadores a equilibrar o trabalho e a vida, e incentivar a natalidade, etc., tudo tem de ser promovido e concretizado pelo Governo, na esperança de as instituições e empresas seguirem o Governo e de darem às camadas mais vulneráveis atenção, para criar uma sociedade harmoniosa e saudável.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 16.10.2023

Preparação para a recepção de turistas no fim deste ano e início do próximo

Nos feriados do Festival do Bolo Lunar e do Dia Nacional, apesar da queda registada na fase final, devido à passagem do tufão, o número de visitantes foi bastante fascinante, isto é, 930 mil, e, no dia 30 de Setembro, bateu-se o recorde diário deste ano e desde o início da pandemia. Esta recuperação a 84 por cento do nível do período homólogo de 2019 veio injectar confiança no desenvolvimento das empresas de Macau. Este resultado é indissociável das iniciativas e trabalhos persistentes de atracção de visitantes por parte do Governo, e dos esforços dos diversos sectores da sociedade.

Aproximam-se as festividades do Natal, do Ano Novo, do Ano Novo Chinês, etc., e vão realizar-se grandes eventos, como o Grande Prémio e o evento “Iluminar Macau”, que têm atraído um grande número de turistas nos anos anteriores e são importantes eventos turísticos de Macau. Sugiro ao Governo que faça uma avaliação e um balanço dos trabalhos de atracção e recepção de turistas nos feriados e fins-de-semana deste ano, ou seja, no Ano Novo Chinês, na Páscoa, no Dia do Trabalhador e na Festa do Bolo Lunar, e uma retrospectiva dos resultados e das insuficiências das medidas implementadas, a fim de otimizar as medidas de atracção de turistas e prolongar o tempo da sua permanência em Macau.

Quanto à origem dos turistas, o Interior da China, Hong Kong e Taiwan ocupam um peso significativo e, tendo em conta esta origem, devem ser lançados diferentes produtos turísticos e medidas de benefícios e estratégias de promoção, e, como o número de turistas internacionais é relativamente pequeno, sugere-se que se envidem mais esforços para desenvolver as fontes de turistas internacionais e se aproveite a recente “política de dispensa de visto para os grupos de viagens organizadas estrangeiras ao entrarem, através de Macau, na região do Rio das Pérolas e no Município de Shantou e lá permanecerem por um período não superior a 144 horas”, implementada pelo País, para, em conjunto com os Governos do Interior da China e de Hong Kong, desenvolver mais produtos turísticos transfronteiriços e aumentar a atractividade para os turistas internacionais.

Mais, com os projectos de revitalização dos bairros antigos que as seis concessionárias de jogo vão desenvolvendo, espera-se uma boa coordenação por parte do Governo para reforçar a articulação entre as diversas zonas e incentivar, constantemente, as concessionárias a introduzirem actividades culturais inovadoras e novos elementos, para melhorar o ambiente dos bairros antigos. Há ainda que promover a sinergia e um desenvolvimento em complementaridade entre as grandes empresas e as PME, reforçando o diálogo e a cooperação no embelezamento dos bairros, actividades de promoções, medidas de benefício, etc., a fim de melhorar, em conjunto, o ambiente de negócio, revitalizando a economia nos bairros comunitários. A longo prazo, há que aproveitar bem os projectos anuais de investimento das seis concessionárias, estendendo-os a outras regiões.

(Tradução)

Mais, sugiro ao Governo que continue a aperfeiçoar o *hardware* e o *software* do turismo, a otimizar as instalações complementares de trânsito nos postos fronteiriços e a reforçar a fluidez do fluxo de pessoas, especialmente no posto fronteiriço de Gongbei, onde a pressão é maior. É necessário reforçar as instruções para a dispersão das pessoas deste por outros postos fronteiriços, e também a ligação para o Posto Fronteiriço de Qingmao e o Posto Fronteiriço de Hengqin, aumentando a frequência dos autocarros nos fins-de-semana e nas horas de ponta, para escoar o fluxo de pessoas o mais rápido possível.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.10.2023

Problema do trânsito

Macau tem muitas pessoas e veículos, e o problema do trânsito é antigo, perturbando sempre as deslocações dos residentes. Com a retoma do turismo, aumentou o número de turistas e de autocarros turísticos, bem como a procura dos serviços de transportes públicos, e, como há muitas obras viárias em várias zonas, o antigo problema da rede rodoviária e da capacidade dos meios de transporte voltou a surgir, o que destaca ainda mais as dificuldades de deslocação e de apanhar táxis de residentes e turistas. O Governo da RAEM deve continuar a resolver esse problema em todos os aspectos, para fazer face ao grande fluxo de turistas após a recuperação económica.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Face ao aumento da capacidade de transporte da Linha da Taipa do Metro Ligeiro neste ano, sugiro ao Governo que aperfeiçoe as instalações complementares das estações, por exemplo, instalar mais máquinas de venda automática de produtos culturais e criativos ou de comidas e bebidas, introduzir elementos turísticos, e estudar, em conjunto com o sector, itinerários turísticos que incluam o Metro Ligeiro, para elevar a taxa de utilização da Linha da Taipa. Com a entrada em funcionamento da extensão desta Linha até à estação da Barra, prevista para finais deste ano, espero que o Governo se empenhe, quanto antes, nos trabalhos preparatórios e de divulgação, em coordenação com as companhias de autocarros para oferecer descontos de transbordo, a fim de atrair os residentes e turistas e aumentar a eficácia do Metro Ligeiro como transporte público. Sugiro ainda que sejam aceleradas as obras da Linha de Seac Pai Van e da Linha de Hengqin, e assegurada a sua conclusão atempada e com qualidade no próximo ano, para se ligarem, quanto antes, à Linha da Taipa. Há que acelerar a construção da Linha Leste, para que os serviços competentes possam, através de uma gestão operacional aperfeiçoada e de exploração do mercado, maximizar os respectivos benefícios económicos.

2. As obras de habitação pública na Zona Leste-2 vão estar concluídas no próximo ano, estando agora abertas as candidaturas para mais de 5 mil fracções de habitação económica em 5 lotes desta zona e, no futuro, oito escolas vão instalar-se no Bairro das Escolas. Neste momento, os problemas de trânsito da Zona Leste-2 e das outras zonas ainda não estão resolvidos, por isso, antes da conclusão da Linha Leste do Metro Ligeiro, o Governo deve planear, com antecedência, a rede rodoviária da zona envolvente, e fazer bem a ligação entre o Metro Ligeiro e os outros meios de transporte, acelerar os trabalhos de abertura de concurso público e de construção das vias de ligação entre a Península de Macau e a Zona Leste-2, a fim de resolver os engarrafamentos de trânsito e melhorar o ambiente rodoviário; e acelerar a construção das instalações de trânsito na Zona Leste-2, nomeadamente, a optimização da rede viária junto das escolas e habitações públicas.

3. O aumento da taxa de utilização da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau trouxe grande pressão ao trânsito da zona da Pérola Oriental. Após a entrada em funcionamento do viaduto da Rotunda da Amizade, apesar de este conseguir escoar eficazmente o trânsito da zona da Pérola Oriental, só foi possível aliviar a pressão do trânsito da Avenida do Nordeste em direcção à Taipa. Assim, sugere-se que se aproveite bem a construção do viaduto B, para criar um sistema de circulação tridimensional nas imediações da Pérola Oriental e elevar a eficiência da circulação rodoviária desta zona.

4. O aumento do número de turistas fez ressurgir o problema da “dificuldade de apanhar autocarro”, especialmente nos feriados e dias de actividades especiais. Assim, sugere-se às operadoras de autocarros que aumentem a frequência e o número das carreiras, e examinem adequadamente a situação de circulação dos autocarros para desviar o fluxo de pessoas. Para além de aumentar, num curto espaço de tempo, o número de táxis e abrir, quanto antes, concurso público para 500 licenças de táxis com prazo de 8 anos, o mais importante é resolver o problema da dificuldade de apanhar táxi, quer para os residentes quer para os turistas, portanto, há que aperfeiçoar, quanto antes, a respectiva aplicação, bem como optimizar o serviço de marcação prévia e de posicionamento exacto, etc.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 16.10.2023

Melhorar o sistema de inovação científica e tecnológica e promover o desenvolvimento diversificado das indústrias

Com o forte apoio do Governo Central e o firme impulsionamento do Governo da RAEM, o desenvolvimento da ciência e tecnologia de Macau registou um grande salto nos últimos 20 anos. O País e a RAEM têm-se esforçado na área da ciência e tecnologia, e nos últimos meses as notícias foram muito boas, tal como o acoplamento bem-sucedido da nave espacial tripulada Shenzhou-16 à estação espacial e o lançamento com sucesso do primeiro satélite científico espacial “Macau Science Satellite-1”, o que contribuiu para o aprofundamento do intercâmbio e interacção entre Macau e a Pátria, realçando a nova esperança dos jovens de Macau no desenvolvimento da indústria aeroespacial. A carta de resposta do Presidente Xi Jinping aos alunos reflecte a sua atenção e carinho para com Macau e os profissionais de ciência e tecnologia, e demonstra o seu reconhecimento pelos bons resultados no aprofundamento da cooperação científica e tecnológica entre Macau e o Interior da China. Este é um incentivo para continuarmos a desempenhar bem o nosso papel enquanto mecanismo de cooperação científica e tecnológica entre o Interior da China e Macau!

Com a construção do país como potência mundial de ciência e tecnologia e a promoção da modernização ao estilo chinês, a inovação científica e tecnológica tornou-se um motor importante para a formação de novas indústrias e a promoção da renovação do velho modelo de negócios, proporcionando um suporte com qualidade e força para concretizar, quanto antes, o objectivo da diversificação adequada da economia de Macau “1+4”. Um bom trabalho exige um bom instrumento, assim, para acelerar o desenvolvimento saudável do sistema de inovação científica e tecnológica de Macau, em prol do desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau, apresento as seguintes duas sugestões:

1. Proponho ao Governo que responda ao apelo do Estado para “se dedicar à investigação e à pesquisa” e se inteirar da actualidade de Macau, ao nível da inovação tecnológica. Proponho aos serviços de estatística que procedam a uma classificação adequada no tratamento dos dados, pois, se puder ser articulada com os dados nacionais, será mais favorável a integração de Macau na situação global do desenvolvimento nacional. É necessário estabelecer e melhorar os dados de base das actividades científicas e tecnológicas de Macau, incluindo a investigação sobre a base da tecnologia, a respectiva aplicação, o sistema de transformação de resultados, o investimento das empresas na área de estudo e desenvolvimento, os trabalhadores envolvidos e a dimensão do mercado, etc. Uma compreensão abrangente da situação global das actividades científicas e tecnológicas em Macau e um acompanhamento contínuo contribuirão para proporcionar apoio científico ao Governo na determinação da distribuição dos recursos, da rapidez da captação de talentos e da respectiva quantidade e da formulação de políticas em prol da promoção industrial, a par de poder definir métodos estatísticos coerentes para aprofundar a cooperação tecnológica entre Macau e o Interior da China, bem como com o resto do mundo.

2. Proponho aos serviços de educação que avaliem a procura e formulem as orientações anuais ou plurianuais inerentes à formação de talentos e programas académicos em instituições de ensino superior, acompanhando a situação da procura de talentos à luz das tendências do desenvolvimento tecnológico. Na minha opinião, a diversificação das opções de emprego para as novas gerações de Macau é um indicador importante que reflecte os resultados da diversificação industrial, e é uma medida importante para permitir que a próxima geração tenha um maior sentimento de obtenção e satisfação. O reforço da ligação entre o sistema educativo e a procura do mercado locais não só permitirá que os talentos formados localmente ingressem directamente no mercado de Macau, mas também reduzirá o desemparelhamento entre as especializações académicas e os postos de emprego no processo de transformação estrutural da economia. Mais, os estudantes e os residentes de Macau podem também, no momento de ponderar a continuação dos estudos, o emprego, as mudanças de carreira e a criação de empresas, fazer um planeamento de vida que se adapte às suas próprias necessidades e complementem melhor o futuro desenvolvimento de Macau.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.10.2023

Promoção contínua do desenvolvimento profissional do desporto de Macau

Os 19.^{os} Jogos Asiáticos de Hangzhou (adiante designados por Jogos Asiáticos) terminaram com sucesso no dia 8 de Outubro. Para além dos excelentes resultados obtidos pela selecção nacional, os membros da delegação desportiva de Macau, com o seu empenho e esforço, conseguiram obter mesmo um resultado histórico, ou seja, uma medalha de ouro, três de prata e duas de bronze, o que deixou os residentes de Macau muito entusiasmados. Aproveito esta oportunidade para manifestar o meu mais elevado respeito e apresentar felicitações a todos os atletas, treinadores e equipas de Macau, que treinam arduamente, desafiam-se a si próprios e se dedicam com entusiasmo ao desporto, esperando que o desporto de Macau continue a desenvolver-se com sucesso no futuro.

Não é tarefa fácil desenvolver em Macau o desporto de competição, pois exige a participação e o esforço conjunto do Governo, da sociedade e dos indivíduos, mais, o Governo tem de divulgar o conceito de desporto junto da população através do desporto para todos e, só através da promoção de um ambiente em que o desporto seja um hábito diário, é possível seleccionar e formar atletas profissionais. Ao longo dos anos, o Governo tem vindo a investir muitos recursos no desporto de competição e no desporto para todos, mas, com as necessidades do público em geral e o desenvolvimento do desporto profissional, ambos enfrentam os seus próprios problemas. No âmbito do desporto para todos, devido às limitações de terrenos em Macau, as instalações desportivas especializadas são, em geral, insuficientes, e a população tem de entrar em disputa com as associações desportivas para conseguir praticar desporto em alguns recintos, registando-se até situações de especulação no seu aluguer, e isto leva os cidadãos a sentirem que têm muitas limitações para praticar desporto. Nos últimos meses, a sociedade tem vindo a dar uma maior atenção à abertura e ao planeamento de novos recintos desportivos por parte do Governo. No que diz respeito ao desporto de competição, a delegação de Macau nos Jogos Asiáticos deste ano obteve resultados notáveis, e a sociedade deposita mais expectativas na forma de selecção dos atletas de elite, nos treinos profissionais e nos apoios financeiros.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Optimizar as instalações locais do desporto para todos e promover o conceito de participação da população no desporto. A falta de instalações desportivas limita a participação da população em diferentes actividades. Para equilibrar a utilização das instalações por parte do público, o Governo procedeu, nos últimos meses, a ajustamentos quanto à abertura de algumas piscinas e à organização das inscrições para as turmas do desporto para todos. Assim, proponho equilibrar o desporto para todos e as necessidades de formação profissional, continuar a aperfeiçoar a forma de arrendamento e de gestão das instalações em causa, e procurar mais escolas, instituições e outras instalações desportivas que reúnam condições para serem abertas ao público, de modo a facilitar e a garantir o seu arrendamento por parte da população; e continuar a avaliar os resultados do ajustamento da forma de abertura das instalações desportivas e das turmas do desporto para todos, procedendo, em tempo oportuno, à sua optimização e ao aumento do número de vagas.

Para o planeamento a longo prazo, deve-se definir a proporção entre a área de terrenos para o desporto e a população, e o número e o planeamento das instalações das zonas e das modalidades desportivas, evitando a sobreposição excessiva das instalações necessárias ao desporto para todos, ao desporto de rendimento e ao “desporto +”. Ao mesmo tempo, deve-se continuar a estudar a construção, em terrenos adequados, de instalações desportivas e de lazer de grande dimensão, e a apoiar as escolas no aumento das suas instalações desportivas, para satisfazer as necessidades da população e dos jovens estudantes.

2. Reforçar o apoio ao desenvolvimento dos atletas profissionais de competição. Sugere-se ao Governo que aperfeiçoe, quanto antes, o “Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite”, aumentando adequadamente o montante do apoio financeiro destinados aos atletas de diferentes níveis; aumente o investimento nos recursos de treino e optimize o regime de formação; continue a melhorar o mecanismo de selecção de atletas e as instalações do centro de formação e proporcione mais oportunidades de treino no exterior; ajude os atletas a planear a sua carreira profissional; e crie mecanismos de apoio aos atletas no estudo, emprego e reforma, para que se dediquem, sem preocupações, ao desporto durante a época dourada, atraindo mais residentes com potencialidades para ingressarem na carreira de atleta profissional.

3. Promover o desenvolvimento diversificado do desporto. O actual “Desporto + Turismo” visa atrair visitantes a Macau através de grandes eventos desportivos, trazendo actividades económicas correlacionadas e receitas através de actividades desportivas. Sugiro o seguinte: com base na actual organização de grandes eventos desportivos, devemos aproveitar o objectivo de desenvolvimento de um centro mundial de turismo e lazer e a oportunidade dos 15.^{os} Jogos Nacionais, criar uma biosfera da economia desportiva em que os turistas possam participar e os cidadãos possam ter a profissão de treinadores, árbitros, fazer a manutenção dos recintos e produzir artigos desportivos, etc., bem como desenvolver ainda mais o “desporto +”, permitindo que o desporto, para além de fortalecer a saúde da população, possa também trazer benefícios económicos, concretizando e partilhando plenamente os benefícios da política “Desporto +”.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 16.10.2023

Acelerar o reordenamento dos bairros antigos e promover o desenvolvimento económico

Com o aumento significativo do número de visitantes, a economia de Macau apresenta uma tendência de recuperação acelerada e vários factores favoráveis estão a aparecer, dinamizando os sectores e aumentando a confiança da sociedade no futuro económico. O Governo da RAEM vai dar continuidade à boa tendência para divulgar o plano de acção governativa para o próximo ano, continuar a unir e a liderar os sectores sociais, e a empenhar-se na promoção da diversificação adequada da economia e da construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, para uma melhor integração no desenvolvimento nacional.

Mas os velhos problemas dos bairros antigos de Macau já existem há muito tempo. A falta de instalações complementares, o envelhecimento das infra-estruturas e a desorganização do ambiente são problemas grandes e antigos, que dificultam a dinamização da comunidade e a revitalização da economia dos bairros antigos. Ao mesmo tempo, a transformação dos bairros antigos enfrenta situações e exigências novas, especialmente no contexto da aceleração da renovação urbana, e, além de aperfeiçoar as funções da cidade e elevar a sua qualidade, há que proteger a sua fisionomia histórica e transmitir a sua cultura.

O Governo deve ponderar, de forma global, sobre a reconversão industrial, a valorização de consumo, as necessidades dos residentes e a herança cultural, e recorrer a novos conceitos científicos, mecanismos flexíveis e modelos inteligentes, para promover a renovação urbana e revitalizar os bairros antigos.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. É necessário ouvir, na íntegra, as opiniões públicas, ter em conta a melhoria das condições habitacionais dos moradores nos bairros antigos e a conservação das características históricas desses bairros, bem como os benefícios sociais, económicos, culturais e ambientais, e fazer um bom trabalho de coordenação e regulamentação, em prol da garantia do equilíbrio dos interesses e das aspirações das várias partes. Em particular, no que respeita às questões de interesse imediato para os residentes, há que efectuar, primeiro, a consulta pública, para impulsionar, plenamente, a iniciativa e o entusiasmo dos residentes na participação, fazer planos a curto, médio e longo prazo com cautela, e incentivar e apoiar algumas tentativas firmes e criativas de modo a criar um ambiente global nos bairros antigos, mais habitável, mais agradável de visitar e mais harmonioso.

2. O processo de transformação dos bairros antigos está associado a um grande número de factores históricos, sociais e humanitários, e a situação é tão complexa que é difícil conseguir um desenvolvimento rápido baseando-se no modo original de transformação. Por conseguinte, é necessário aprender com a experiência bem-sucedida de outras cidades no reordenamento dos bairros antigos e inovar ideias, métodos e

mecanismos, de modo a encontrar uma nova via de transformação que se adequa às características únicas de Macau, e a alcançar um novo avanço no trabalho de reordenamento dos bairros antigos e de renovação urbana.

3. É necessário atrair os residentes e visitantes para os bairros antigos para consumo. Como muitos bairros antigos estão localizados no coração de Macau, com ruas estreitas e sinuosas, e becos que mantêm o típico estilo arquitectónico urbano, e com muitas lojas pequenas de especialidades gastronómicas, as autoridades devem prestar apoio a partir de diversos aspectos e organizar actividades, programas, etc., que beneficiem os bairros antigos, de modo a impulsionar os residentes e visitantes para aí se deslocarem e a aproveitar as novas oportunidades de desenvolvimento do sector do turismo e lazer integrado.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 16.10.2023

Aceleração do desenvolvimento do mercado de títulos e enriquecimento da participação do mercado principal

O 2.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social, publicado em 2021 pelo Governo da RAEM, e o documento de consulta sobre o Plano de Desenvolvimento para a Diversificação Adequada da Economia (2024-2028), divulgado em Agosto deste ano, definem claramente o rumo e os objectivos de trabalho para o desenvolvimento estável da economia de Macau. Estes planos impulsionam a diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia de Macau, o que destaca a determinação do Governo em participar activamente no desenvolvimento e na construção do País.

Nos últimos anos, Macau tem-se empenhado na concretização do posicionamento de desenvolvimento “um Centro, uma Plataforma, uma Base”, na promoção da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1 + 4” e na dos serviços financeiros modernos, definido e aperfeiçoado, sucessivamente, as leis, os regulamentos de emissão de títulos de dívida e as orientações de supervisão, e as infra-estruturas de software e hardware do mercado de títulos, como o Sistema de Depósito Central de Títulos (MCSD), etc., promovido constantemente o crescimento do mercado de títulos de Macau para se tornar um mercado importante de capitais offshore com as suas próprias características e a ligação dos mercados nacional e internacional, e criado uma interacção positiva com os mercados financeiros das regiões vizinhas, e os seus muitos pontos brilhantes têm surgido constantemente, havendo a possibilidade de Macau se tornar um importante complemento para o círculo financeiro da Grande Baía.

O valor das obrigações listadas na MOX em Macau é grande, mas a quantidade emitida é relativamente pequena, mais, a fonte principal de emissão de obrigações é pouco diversificada, por isso o sujeito que vai investir também tem de se expandir activamente. Assim, Macau tem de continuar a promover a elevação da qualidade e eficiência do mercado de obrigações, transformando-o num mercado de obrigações com características próprias, tornando-o uma plataforma de serviços financeiros ligado ao mundo e servindo como novo padrão de desenvolvimento do “duplo círculo” do País, elevando o grau de internacionalização do mercado financeiro de Macau.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Há que aumentar a diversidade e a conveniência dos investidores no mercado de obrigações e acelerar a interligação entre o sistema deste mercado e o das regiões internacionais; promover a MCSD, criando bases e condições para uma interligação com a Euroclear e a Clearstream, duas instituições internacionais de gestão centralizada de obrigações (ICSD), o que é benéfico para a internacionalização do mercado de obrigações de Macau. Ao mesmo tempo, deve-se aproveitar plenamente as vantagens de cooperação entre Macau e Hong Kong, dando prioridade à articulação com o Sistema Central de Liquidação de Títulos de Hong Kong (CMU), para, desta forma, haver ligação indirecta ao mercado de obrigações internacionais, para Macau poder, num curto espaço de tempo,

explorar o mercado internacional. Isto vai favorecer a expansão para o mercado de investimento externo virado para Hong Kong e o Sudeste Asiático, e ampliar a base de investidores do mercado de obrigações em Macau, pois vai fortalecer a conexão com o mercado de obrigações da ASEAN e desempenhar o papel da Grande Baía em expandir os resultados cooperativos a nível regional.

2. Enriquecer a diversidade dos sujeitos emissores do mercado local de títulos de dívidas e lançar medidas de incentivo e subsídios financeiros. Os principais sujeitos emissores de títulos de dívidas em Macau são o Governo Central, os governos locais do Interior da China, e as empresas estatais e privadas, com uma origem única. Macau, como plataforma de ligação mundial, deve reforçar a divulgação sobre a emissão de títulos de dívida em RMB por órgãos de soberania, instituições financeiras ou grandes empresas dos Países de Língua Portuguesa em Macau, lançar medidas de apoio e de incentivo, e subsídios financeiros. No desempenho do papel de ligação como plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Governo deve apoiar as instituições de soberania nacional e financeiras, e as grandes empresas, na emissão de títulos de dívida em RMB em Macau, e aumentar a capacidade de absorção de fundos em RMB nos mercados “offshore” e nos mercados de activos desta moeda.

3. Tendo como característica do mercado de títulos de Macau as finanças verdes, as finanças transformadoras e as finanças sustentáveis, deve criar-se uma característica diferente da de Hong Kong, em que os títulos são essencialmente em dólares de Hong Kong e em dólares norte-americanos, e melhorar o sistema ecológico nos dois extremos do mercado de investimento e financiamento de títulos com características próprias de RMB “offshore” de Macau. Na fase inicial da exploração do mercado, deve-se proporcionar aos emitentes de obrigações verdes subsídios financeiros e políticas de apoio direccionados e atractivos, subsidiar ou isentar as taxas e os impostos relacionados com a emissão destas obrigações, e reforçar a cooperação com a Zona de Cooperação Aprofundada no lançamento de mais políticas de apoio para incentivar a emissão de obrigações em Macau.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 16.10.2023

Aperfeiçoar a circulação de veículos de Macau no Interior da China

No dia 1 de Outubro, entraram em vigor novas regras para marcação de passagem fronteiriça no âmbito da circulação de veículos de Macau no Interior da China, aditando-se o número máximo de marcações, ou seja, três marcações por mês, sendo que só se pode fazer nova marcação quando a anterior tiver sido cumprida, mais, a marcação incumprida impede novos pedidos durante o mês em questão, a partir do dia do incumprimento.

Segundo a imprensa chinesa, até 23 de Julho, cerca de 20 mil veículos concluíram o registo no âmbito desta política, por isso, com o limite de 2 mil quotas por dia, todos vão conseguir marcar deslocações, mas este tipo de igualitarismo é adequado para a política em questão?

Na realidade, a maior parte das deslocações ao Interior da China acontece nos feriados e respectivas vésperas. Face ao limite de três marcações por mês, as pessoas vão poupar as oportunidades para os feriados, e os que precisam de ir ao Interior da China fora dos feriados são poucos, o que significa que as quotas restantes nos dias de trabalho são desperdiçadas, e, por outro lado, algumas pessoas não conseguem fazer marcações. Com o limite mensal, a regra de só se poder fazer nova marcação depois de cumprir a marcação anterior é desnecessária e impede o planeamento por parte dos residentes.

O mais importante é que as autoridades pretendem sempre reforçar o intercâmbio de pessoas entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada, e o programa de circulação de veículos com matrícula única na Ilha de Hengqin não tem limite de deslocações, e é aberto a todos os candidatos, mas muitas pessoas tiveram de desistir desse programa, uma vez que os dois programas são incompatíveis. A imposição de restrições na marcação para a circulação de veículos de Macau no Interior da China, sem passar por consulta pública, acaba por dificultar a ida a Hengqin e à Grande Baía, e contraria as políticas nacionais! Quanto à compatibilidade dos dois programas, o Governo chegou a adiantar, na resposta a uma interpelação minha, que estava a dialogar com as autoridades de Guangdong, mas não tinha calendarização. Segundo muitos residentes, com a inauguração das novas vias de rodagem no Posto Fronteiriço de Hengqin, a passagem, em vez de ser mais rápida, é mais lenta nas horas de ponta. Isto tudo revela que o Governo não está a concretizar efectivamente as políticas facilitadoras do País!

Em Agosto, na sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo afirmou que, face às imperfeições da rede viária da Zona A dos novos aterros, não ia, com certeza, aumentar o número de quotas para a circulação de veículos de Macau no Interior China. Mas, no dia 1 de Outubro, ao ser questionado pelos órgãos de comunicação social, respondeu que a referida política não pode ser decidida unilateralmente pelo Governo da RAEM e que, se o Interior da China concordar com esse aumento numa determinada fase, pode ser implementado. Afinal, as actuais 2000 quotas não podem ser aumentadas por iniciativa de Macau ou do Interior da China? Isto deve-se à pressão das vias na Zona A ou

às restrições impostas pelo Interior da China? O Governo da RAEM deve esclarecer o público!

A ideia original da circulação de veículos de Macau no Interior China é uma política de abertura do País, que visa promover a cooperação na Grande Baía e apoiar o plano de integração de Macau no desenvolvimento nacional. Assim, solicito ao Governo da RAEM que lute, activamente, com o Interior da China, pelo aumento do referido número de quotas e dos respectivos postos fronteiriços, e que concretize, quanto antes, a compatibilização entre as políticas de circulação de veículos de Macau no Interior da China e dos veículos com matrícula única de Hengqin. Antes, há que melhorar, de imediato, as medidas de marcação prévia para a passagem nas fronteiras, em vez de só se poder fazer três marcações por mês e de só se poder marcar outra vez para o mês em causa depois de se ter passado a fronteira, devendo permitir-se “fazer o máximo de marcações ao mesmo tempo”, cancelando a medida de “fazer a nova marcação só depois da saída”; e implementar, quanto antes, a medida de saída ilimitada fora das horas de ponta, medidas que não só correspondem às expectativas dos residentes, mas também à política nacional da Grande Baía, por isso, o Governo não pode continuar a ignorar as opiniões da população e a adoptar uma política de preguiça e omissão, caso contrário, haverá muitas críticas da população!

Quanto à transparência das informações, interpelei recentemente o Governo sobre a necessidade de publicar periodicamente na página electrónica dos Serviços de Tráfego o número de condutores e veículos registados no âmbito da política de circulação de veículos de Macau no Interior China, e este respondeu que ia continuar a rever e a otimizar os trabalhos de divulgação. Assim, apelo mais uma vez ao Governo para divulgar, quanto antes, os respectivos dados, bem como os dados sobre a entrada e saída de veículos de Macau na China, para facilitar a discussão racional das políticas por parte do público. Por outro lado, para garantir que os residentes de Macau conduzam no Interior da China, deve-se acelerar a criação de um mecanismo de comunicação de acidentes graves ou urgentes envolvendo-os, bem como clarificar aos residentes de Macau o mecanismo de coordenação e assistência em caso de acidente grave no Interior da China.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.10.2023

Concentrar-se na reestruturação do turismo em prol do desenvolvimento de alta qualidade do sector do turismo

Desde o relaxamento das medidas de prevenção e controlo da epidemia no início do ano, o Governo tem vindo a desenvolver o mercado do turismo a toda a velocidade. Para além de aumentar os recursos para a promoção do turismo para atrair visitantes, tem vindo a expandir o modelo de desenvolvimento do “Turismo +”, para promover o desenvolvimento da economia local assinalado pela organização de concertos, convenções e exposições, etc. No primeiro semestre deste ano, os visitantes ascenderam a 11,6 milhões e, na última Semana Dourada, excederam 930 mil, uma recuperação de mais de 80 por cento em comparação com o mesmo período de 2019, o que mostra que a recuperação do sector do turismo de Macau está muito favorável.

A recuperação e o desenvolvimento do mercado do turismo reforçaram a confiança da comunidade de Macau no seu desenvolvimento económico e impulsionaram o desenvolvimento de alta qualidade desse mercado. Na promoção da recuperação e do desenvolvimento de Macau, o Governo tem trabalhado em estreita colaboração com os sectores envolvidos, para impulsionar, em conjunto, o desenvolvimento do sector do turismo de Macau em quantidade e qualidade. Em particular, a cooperação com as seis grandes empresas de turismo e de lazer integrado na transformação dos bairros antigos e na extensão a estes dos recursos turísticos não ligados ao jogo contribui para resolver a questão do passado da concentração excessiva de recursos turísticos nas concessionárias de jogo e promover, de forma mais abrangente, o desenvolvimento do sector do turismo de Macau num espaço quantificável.

Mas é necessário prestar atenção ao problema do desenvolvimento desequilibrado da estrutura dos turistas de Macau. Com base no número total de turistas durante a Semana Dourada, entraram em Macau mais de 930 mil turistas, dos quais cerca de 710 mil provenientes do Interior da China, 170 mil de Hong Kong, 10 mil de Taiwan e 40 mil internacionais. A percentagem de turistas internacionais continua a ser relativamente baixa e, este ano, o número de turistas estrangeiros de Macau voltou apenas a 35% do nível registado antes da epidemia, ficando muito aquém do de outras cidades turísticas. Claro que isto tem a ver com as formas complexas e a recuperação do desenvolvimento a nível mundial, mas isto não pode ser razão para Macau não continuar a ajustar o desenvolvimento da estrutura turística nem para o abrandar. Pelo contrário, no processo de desenvolvimento a nível mundial, Macau deve acelerar o passo, tomando a “alta qualidade” como o seu ponto de partida, para corresponder às necessidades de desenvolvimento do mercado turístico internacional e promover plenamente a modernização e o desenvolvimento da estrutura turística de Macau, contribuindo para o desenvolvimento da diversificação adequada da sua economia.

Assim, gostaria de apresentar as seguintes opiniões:

1. As seis empresas do complexo de turismo e lazer são líderes do sector do turismo de Macau, por isso, têm de desempenhar um papel impulsionador no desenvolvimento económico dos bairros comunitários, e o mais importante é dar um novo contributo para o desenvolvimento de alta qualidade do turismo de Macau. Os recursos do jogo são uma parte importante dos recursos turísticos de Macau e, no processo de consolidação das bases, há que proceder a um ajustamento adequado, tendo em conta o novo ambiente e as novas mudanças do desenvolvimento do sector do jogo a nível mundial. Para além de elevar ainda mais a competitividade do sector do jogo, há que desenvolver novos modelos de negócio, especialmente no desenvolvimento da economia digital, e ainda ter novas ideias para o desenvolvimento, a fim de promover o desenvolvimento saudável do sector do jogo, atrair mais turistas e promover o desenvolvimento de alta qualidade do sector do turismo de Macau.

2. Macau é uma terra pequena e densamente povoada, e o espaço para o desenvolvimento dos recursos turísticos é limitado. No passado, o Governo investiu no desenvolvimento da cultura e do desporto, introduzindo uma nova dinâmica no turismo de Macau, através do novo modelo “Turismo +”. Mas existem limitações para se conseguir bons resultados de desenvolvimento com recursos limitados. A Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin é um novo espaço de desenvolvimento disponibilizado pelo Governo Central a Macau, sendo muito importante para desenvolver o turismo. Assim, o Governo deve reforçar ainda mais o desenvolvimento da cooperação turística entre Hengqin e Macau, estender os recursos turísticos à Zona de Cooperação Aprofundada, maximizar plenamente os benefícios turísticos no novo espaço e com isso alargar o espaço de desenvolvimento do turismo de Macau.

3. Há falta de rotas aéreas internacionais em Macau e isso é um obstáculo para atrair turistas internacionais. Actualmente, a retoma dos voos é lenta e, de acordo com as informações, são ainda poucos os voos directos internacionais e não há muitas escolhas para o horário dos voos, o que dificulta a promoção eficaz dos trabalhos de alargamento da fonte de turistas de Macau para o exterior. Com a abertura do concurso público para a concessão de licenças para o transporte aéreo na RAEM, o Governo deve aproveitar esta oportunidade para injectar uma nova dinâmica no desenvolvimento do mercado aéreo, com vista a aumentar o número de rotas internacionais. Mais, o Governo deve reforçar a cooperação com as regiões vizinhas, promovendo, em conjunto, o desenvolvimento do turismo em grupo e o desenvolvimento sustentável do turismo de Macau.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 16.10.2023

Tomar medidas para aperfeiçoar os serviços de táxis de Macau

Em 2016, a fim de responder às opiniões da sociedade sobre as “dificuldades em apanhar táxi”, o Governo celebrou um contrato de oito anos com a Companhia de Radiotáxis, para introduzir novos serviços de táxis em Macau, o que atenuou, em grande medida, as dificuldades em apanhar táxi nos bairros antigos. Os serviços dos radiotáxis com recurso a táxis acessíveis e a táxis equipados com cadeiras eléctricas trouxeram uma nova experiência às pessoas com dificuldades motoras, sendo muito apreciados pela sociedade. Já se passaram dois terços do prazo de validade das licenças dos primeiros 100 radiotáxis e, recentemente, muitos residentes afirmaram que, nas horas de ponta, aqueles estavam sempre ocupados, sendo difícil aceder a um táxi. Mais, com o termo do prazo de validade das licenças de 300 táxis pretos, o número total de táxis diminuiu para 1600, e as dificuldades em apanhar táxi voltaram a afectar as deslocações dos cidadãos. O Governo chegou a manifestar a sua intenção de lançar, num curto prazo, um concurso público para atribuir 300 a 500 licenças de táxi pretos, com validade de oito anos, mas até ao momento ainda não foi realizado o respectivo concurso.

Os táxis são um meio de transporte importante para as deslocações diárias dos residentes e a visita a Macau dos turistas, mas, com a subida contínua do número de turistas, durante a semana dourada do 1 de Outubro (entre 29 de Setembro e 6 de Outubro), foram registados 18 casos de infracções (incluindo 11 de recusa de transporte, três de negociação de preços, três de não activação do cálculo de tarifa ou de não cessação do cálculo de tarifa após a conclusão da viagem e um caso de cobrança abusiva de tarifas) e 15 em relação aos quais foi necessário acompanhamento da DSAT (incluindo 6 de prestação de serviços de radiotáxi em violação do contrato celebrado e 9 de tratamento desrespeitoso dos passageiros). Mais, com o aumento do mau tempo nos últimos anos, os táxis são a única opção de transporte público e, durante a passagem do tufão “Koinu”, as autoridades competentes detectaram vários casos de recusa de transporte e de cobrança abusiva de tarifas. Mas, segundo o sector dos táxis, o transporte de passageiros durante mau tempo faz aumentar os riscos que têm de assumir e, como a lei não lhes dá garantias de segurança e uma remuneração justa, muitos taxistas optam por descansar e “cobrir a bandeira”, o que resulta na redução significativa do número de táxis no mercado e até nas situações de cobrança irregular de tarifas. As autoridades devem tomar a iniciativa de resolver os conflitos entre taxistas e passageiros, assegurando que ambas as partes façam a deslocação sob condições justas, razoáveis e resguardadas.

Após a revisão do Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer, houve uma redução significativa dos casos de cobrança abusiva de tarifas, recusa de transporte e opção por percursos mais longos. Mas esta forma de aplicação de multas sem premiação só pode evitar que os taxistas cometam erros, mas não consegue promover a elevação do nível dos serviços de táxis nem responder às necessidades do desenvolvimento social.

Para elevar a qualidade e a quantidade dos táxis de Macau, apresento as seguintes sugestões:

1. Aumentar o número de táxis pretos e de radiotáxis. Face às dificuldades de apanhar táxi, propõe-se a conclusão, o mais rápido possível, dos procedimentos administrativos do concurso público para a concessão de novos táxis com prazo de validade, para aumentar o número de táxis pretos. Se se depender apenas do aumento do número desses táxis, é difícil mudar as situações de dificuldade de apanhar táxi e de deslocação das pessoas com mobilidade reduzida; mais, proponho ao Governo que, com base nos actuais 300 radiotáxis existentes, aumente mais 100 a 200, sendo ainda necessário aumentar a proporção dos táxis especiais acessíveis e dos táxis especiais com cadeiras eléctricas, com vista a preparar-se bem para o envelhecimento da sociedade de Macau.

2. Optimizar os serviços de marcação prévia dos radiotáxis. Segundo alguns cidadãos, não é nada fácil conseguir chamar um táxi ou fazer uma marcação prévia na plataforma dos radiotáxis, por isso, sugiro ao Governo que reforce a fiscalização dessa plataforma, por forma a assegurar a prestação de serviços de marcação prévia de táxis aos moradores dos bairros antigos e de acordo com a intenção original da concessão.

3. Estabelecer um regime de prémio e punição. Proponho ao Governo que finalize, quanto antes, a “Avaliação dos Serviços de Táxis” que neste momento está a ser preparada, tomando como referência o “Programa de Prémios para Bom Taxista”, que já foi organizado no passado, para premiar os taxistas que prestem serviços de qualidade e promover a elevação do nível dos serviços prestados pelos mesmos.

4. Aperfeiçoar a garantia dos serviços de táxis em situações de mau tempo. Durante a recente passagem do tufão “Koinu” por Macau, foram distribuídas senhas por ordem de chegada aos passageiros que necessitavam de transporte por táxi, para poderem esperar no espaço interior das instalações, a fim de reduzir a confusão e as irregularidades na praça de táxis. Assim, sugere-se a continuação dessa forma de organização no futuro. A longo prazo, proponho ao Governo que assuma a liderança no tratamento da questão da falta de seguro para as deslocações dos táxis em dias de mau tempo, e que ausculte o sector e a sociedade. Deve-se discutir uma proposta aceitável pelo sector e pela sociedade sobre uma taxa adicional em caso de mau tempo, garantindo os direitos e interesses tanto dos condutores como dos passageiros.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 16.10.2023

Os novos desafios da inovação de Macau e Hengqin na nova era

Esta é a primeira reunião plenária da 3.^a sessão da VII Legislatura da Assembleia Legislativa. Em primeiro lugar, desejo a todos um bom trabalho e boa saúde!

A minha intervenção tem o seguinte tema: “Os novos desafios da inovação de Macau e Hengqin na nova era”.

O Presidente Xi Jinping está sempre atento à estabilidade e prosperidade da sociedade da RAEM, bem como ao desenvolvimento económico e às medidas relacionadas com a vida da população. No discurso do 74.º aniversário da implantação da República Popular da China, reiterou que devemos continuar a implementar, de forma plena, correcta e inabalável, os princípios de “um País, dois sistemas” e “Macau governado por patriotas”. Temos também de apoiar o desenvolvimento económico de Hong Kong e Macau, a melhoria da qualidade de vida da população, o aproveitamento das suas características e vantagens, a participação activa na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a manutenção da prosperidade e estabilidade a longo prazo de Hong Kong e Macau.

Há um mês (17 de Setembro), celebrou-se o segundo aniversário da inauguração da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. Nos últimos dois anos, muitos residentes e estudantes do ensino superior de Macau viajaram frequentemente entre as duas regiões para trabalhar, estudar e viver, e é frequente o fluxo diário de pessoas entre Macau e Hengqin, por exemplo, muitos estudantes do ensino superior de Macau deslocam-se diariamente entre as duas regiões para estudar e viver, e, ao longo dos anos, conheceram bem a cultura e os hábitos de Hengqin e de Macau, e como se pode atrair esses milhares de jovens licenciados, que todos os anos permanecem em Hengqin, para criarem os seus próprios negócios e trabalharem, e disponibilizar talentos suficientes para as empresas de Hengqin ou até as empresas internacionais, a fim de se poder prestar serviços à diversificação adequada da economia de Macau, trata-se, pois, de uma oportunidade que merece a nossa ponderação.

Nos últimos dois anos, a Zona de Cooperação Aprofundada tem vindo a consolidar as suas bases e, sob o forte reverso da conjuntura económica, especialmente no segundo semestre deste ano, contribuirá para que Hengqin e Macau desenvolvam as suas próprias vantagens, partilhem recursos, complementem-se em relação aos pontos fracos e beneficiem mutuamente. Ao mesmo tempo, é uma porta importante para as PME de Macau, o que pode impulsionar as empresas de Macau a desenvolverem-se na Grande Baía através da plataforma dessa Zona, e a seguir a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, explorando os mercados dos países lusófonos e criando novas oportunidades para o desenvolvimento económico de Hengqin e Macau.

A construção da Zona de Cooperação Aprofundada vai contribuir para captar investimentos dos países participantes na iniciativa “uma faixa, uma rota”, promovendo a cooperação e o intercâmbio económicos com a China. Uma vez que esta Zona está situada na Grande Baía e ligada à “Faixa Económica da Rota Marítima da Seda do Século XXI” e à “Rota Terrestre da Seda do Século XXI”, pode proporcionar conveniência e oportunidades aos países participantes, contribuindo para promover o desenvolvimento conjunto e a cooperação económica entre a China e aqueles, trazer oportunidades de desenvolvimento para as zonas envolventes e impulsionar o desenvolvimento de toda a região para um nível mais elevado.

Para promover a diversificação adequada da economia local, em 26 de Setembro, os corredores de controlo “One-Stop” para veículos, no Posto Fronteiriço de Hengqin, entraram em funcionamento e, após alguns dias de adaptação, a conveniência de “duas verificações num mesmo posto” é cada vez mais evidente. Com o aperfeiçoamento das instalações dos postos fronteiriços, os residentes podem trabalhar e viver de forma mais conveniente e confortável em Hengqin e em Macau.

Os trabalhos de integração e a construção de infra-estruturas na Zona de Cooperação Aprofundada estão a ser desenvolvidos gradualmente, a fim de promover, em conjunto, a diversificação adequada da economia de Macau, para esta se poder integrar, de forma ordenada, na Grande Baía e no desenvolvimento económico do País. Com o aperfeiçoamento contínuo das diversas instalações complementares, o Governo deve ponderar reforçar o incentivo às pequenas e médias empresas (PME) e aos jovens de Macau para criarem negócios e trabalharem nessa Zona, para ali se ver cada vez mais empresas e jovens de Macau.

No final do próximo ano, comemora-se o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria e crê-se que, durante esse ano, a Zona de Cooperação Aprofundada vai lançar medidas importantes para promover o seu desenvolvimento e a concentração de talentos, apresentando assim ao Governo Central os resultados da integração obtidos por essa Zona entre Guangdong e Macau.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Kou Kam Fai em 16.10.2023

Reforçar o espírito do desporto entre os jovens, para enfrentar oportunidades de desenvolvimento

Nos 19.^{os} Jogos Asiáticos, recentemente encerrados em Hangzhou, a delegação de Macau, China, conquistou 6 medalhas: 1 de ouro, 3 de prata e 2 de bronze, e este resultado histórico mereceu congratulações por parte do Chefe do Executivo, do Gabinete de Ligação do Governo Central e dos sectores da sociedade. O desporto é uma forma de concretizar o sonho de prosperidade e rejuvenescimento da Nação Chinesa. A investida total dos atletas de Macau nesta edição dos Jogos Asiáticos foi uma interpretação viva do espírito desportivo, nomeadamente, a perseverança, e deixou boas memórias à sociedade. Assim, propomos o seguinte:

1. Reforçar o espírito desportivo entre os jovens. Diz-se que “antes de civilizar a mente, robustece-se o corpo”. Através da prática do desporto, os jovens podem ter um corpo robusto e uma mente civilizada, pois criam-se várias qualidades, como resiliência, positividade e progressividade, as quais contribuem para o sentido de responsabilidade social e as competências globais.

Em particular, o desporto escolar é componente principal da prática desportiva dos jovens. Propomos que se reforce a integração entre o desporto e o ensino. Há que promover o desporto de rendimento nas escolas, nas aulas e na educação física, para preparar profissionais plenos, com qualidades morais, intelectuais e físicas. Há que aproveitar os recursos educativos das escolas, para resolver o conflito entre o estudo e o treino dos atletas, e tornar as escolas berços de atletas excelentes, em prol do desenvolvimento do desporto de Macau.

2. Reforçar o sector desportivo de Macau. Podemos verificar que o desenvolvimento do sector desportivo a nível mundial está maduro, e a exploração das instalações desportivas e dos clubes desportivos, a transmissão e venda de bilhetes para eventos desportivos, os artigos desportivos, o desenvolvimento da medicina física, entre outros sectores do desporto, já se tornaram há muito tempo uma força motriz para impulsionar o crescimento económico, aumentar as oportunidades de emprego e promover a diversificação industrial, sendo ainda um elemento importante para impulsionar o turismo, a ciência, a tecnologia e a cultura, entre outras indústrias relacionadas. Sugere-se ao Governo que proceda bem aos trabalhos de planeamento e orientação, aproveitando esta oportunidade para acelerar os passos da industrialização do desporto de Macau, o que não só enriquece a imagem da cidade, como também consolida as bases para a organização conjunta dos Jogos Nacionais em 2025 entre Guangdong, Hong Kong e Macau, e injecta uma nova dinâmica no desenvolvimento e crescimento da indústria desportiva local, fazendo com que esta seja um novo ponto de crescimento económico de Macau. Mais, deve-se aprender com as experiências do Interior da China e do resto do mundo, aperfeiçoar o mecanismo de formação de talentos do desporto e, ao mesmo tempo, ter coragem para inovar e organizar mais eventos desportivos.

Nos relatórios das LAG dos últimos anos, o Governo referiu claramente o rumo de desenvolvimento do “turismo + desporto”, considerando o desporto como um importante suporte para impulsionar o desenvolvimento do sector do turismo. Já se formaram então várias marcas desportivas com características próprias e atractivas, como o “Grande Prémio de Macau”, a “Maratona Internacional de Macau” e o “Torneio de Campeões WTT Macau”, o que prova que os desportos de Macau têm muito para oferecer. No futuro, espera-se que, através da participação nos Jogos Nacionais, nos unamos e ultrapassemos todas as dificuldades, vencendo todos os obstáculos e criando um novo espaço para desenvolver a indústria desportiva de Macau, com o espírito combativo dos atletas, e alcançar um novo esplendor numa nova fase.

2023-10-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Qualidade de vida dos lares para idosos”

De acordo com os dados estatísticos oficiais, a população idosa com mais de 65 anos de idade é de cerca de 89 mil pessoas. Nos próximos vinte anos prevê-se uma grave desproporção entre a população idosa e a população total, designadamente um aumento de cerca de 30% em relação aos dados populacionais de 2021. De acordo com os padrões internacionais, a sociedade macaense está a tornar-se numa sociedade hiper-idosa prevendo-se que em 2041 o número de idosos atinja cerca de 164.000 (cento e sessenta e quatro mil) pessoas.

Neste momento, uns grandes problemas na RAEM tem a ver com o tempo de espera por vagas quer nos asilos quer nos lares que pode demorar cerca de dois anos para ser atendido. E a tendência é de que esta demora aumentará de ano após ano. De conformidade com as queixas que o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos tem estado constantemente a receber, para além das referidas falta de vagas nos asilos e lares, também os pedidos de aprovação por parte das entidades oficiais são extremamente morosos, devido talvez, à falta de vagas. Assim, neste momento, o tempo de espera para que um idoso possa dar entrada num asilo ou lar público ou asilo ou lar privado, mas subsidiado pelo erário público demora em média dois anos. Este longo período de espera para além de causar enormes transtornos familiares tem estado a contribuir para a deterioração dos cuidados de assistência básica aos idosos principalmente aos idosos com dificuldades de locomoção.

Outras das queixas recebidas tem a ver com a carestia de vida, os valores mensais cobrados pela estadia aumentaram drasticamente após a pandemia e estão neste momento muito fora do alcance das possibilidades financeiras de muitos idosos e das suas famílias.

Apelo às entidades competentes para prestar mais atenção à qualidade de vida dos idosos internados fiscalizando o estado de satisfação geral baseado em aspectos objectivos e subjectivos das suas escolhas pessoais. No caso dos lares para os idosos, a regra geral, são as instituições que se apropriam de definir o que é a qualidade de vida para os idosos. Na maioria das vezes, considerando que o idoso não "sabe" ou "não

entende" o que é bom para ele. Deve-se impedir a ocorrência de situações em que os idosos permanecem todo o dia sem actividades e impossibilitados de disfrutar de privacidade salientando que o acesso aos meios de comunicação social é ainda precário, insuficiente ou deficiente (jornais, revistas, rádio e televisão).

Não podemos ignorar que muitos idosos internados em asilos estão abandonados duplamente. Primeiro, pela família e muitas vezes pela própria instituição. Esse duplo esquecimento condena-os a uma realidade sempre idêntica, não raras vezes definida por eles mesmos como um quotidiano onde se "come e dorme".

Não podemos permitir que os idosos sejam tratados como absolutamente incapazes, mesmo quando no gozo pleno de suas faculdades mentais ou independentes fisicamente. Deve-se verificar se existem ou não situações em que os idosos não podem decidir o que quer que seja, devem responder prontamente às normas internas definidas sempre por outros, comer a comida que outros preparam, dormir e acordar nas horas de praxe, tomar a medicação que lhes é dada e aguardar. Aguardar, indefinidamente, por nada.

Aos idosos vitimados por esse modelo de vivência não se oferecem outras actividades. Para todos os efeitos, eles estão internados em um espaço cuja realidade se situa entre o silêncio e a morte. O silêncio incontornável da vida que resta e o silêncio futuro que resultará do fim das vidas.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.10.2023

Apelo para a melhoria do ambiente de negócio das PME

Com o fim da Semana Dourada, composta pelos feriados do Festival Chong Chao e da Implantação da República Popular da China, houve o maior número de entradas e saídas depois da pandemia, com 84% do registado no período homólogo em 2019. Com os ricos eventos turísticos e actividades comunitárias que o Governo lança, foram atraídos mais turistas a Macau, o que potencia um bom desenvolvimento para a retoma da sua economia.

De facto, depois de levantadas as restrições fronteiriças neste ano, aumentaram as receitas brutas do jogo e o número de turistas de Macau. Por um lado, o Governo incentiva as concessionárias de jogo, as PME, as associações de comércio e demais organizações a organizarem o Carnaval de Consumo nos bairros comunitários ou eventos de consumo, a fim de introduzir dinâmica na economia dos bairros comunitários, para além das políticas que incentivam as concessionárias de jogo a escolherem, prioritariamente, fornecedores locais e a apoiarem as PME; por outro, colabora com as empresas de turismo e de lazer na revitalização de seis zonas históricas, criando mais projectos culturais e comunitários com características próprias e explorando o espaço de desenvolvimento para as actividades culturais e turísticas, com a expectativa de revitalizar os bairros comunitários e promover o desenvolvimento das PME.

Há que prestar atenção aos seguintes factos: mudança do modelo de consumo dos turistas; falta de profundidade dos projectos turísticos; necessidade de aperfeiçoar a experiência turística nos bairros comunitários, etc., o que contribui para as dificuldades das PME na retoma do seu negócio, que continua difícil. Vai o Governo lançar novas medidas que destaquem as vantagens resultantes da diversidade inerente a cada zona para atrair turistas a entrar nos bairros comunitários? Como é que vai coordenar os lojistas para, em conjunto, desenvolverem bem o mercado? O Governo deve ponderar mais para incentivar as PME a optimizarem os seus produtos e serviços.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Em Macau, as empresas são, principalmente, de dimensão pequena e média. Assim, o Governo deve aproveitar a oportunidade de desenvolver os elementos não ligados ao jogo para utilizar mais as PME locais e prestar-lhes apoio político exclusivo, de modo a que as PME possam ter um papel a desempenhar. Por exemplo, na revitalização de seis bairros históricos de Macau e no enriquecimento dos elementos culturais e turísticos de Macau, o Governo pode, através de um mecanismo unificado, justo e transparente, permitir que as PME participem de uma forma abrangente e multidimensional, de modo a melhor aproveitar as sinergias e os efeitos multiplicadores e a criar um modelo de desenvolvimento em que as grandes, médias e pequenas empresas são mutuamente beneficiadas.

2. Tomando como referência a iniciativa do Estado de encarregar uma instituição terceira de realizar uma avaliação do ambiente de desenvolvimento das PME, o Governo

deve manter um contacto estreito com as PME locais e recolher exhaustivamente as suas opiniões e sugestões, de modo a reflectir, objectivamente, as dificuldades de desenvolvimento das PME e as suas aspirações. Ao mesmo tempo, pode também integrar recursos de várias partes para desempenhar plenamente o papel de coordenação no desenvolvimento das PME locais e incentivar as empresas a alterarem o seu mecanismo de operação, a compreenderem que precisam de ser fortes, a optimizarem os seus produtos e serviços e a reforçarem a sua vitalidade inovadora, de modo a conseguirem um funcionamento sustentável a longo prazo.

3. Actualmente, o Governo está a promover activamente o desenvolvimento diversificado das indústrias. No meio de aproveitar o novo espaço na Zona de Cooperação Aprofundada para proceder ao desenvolvimento, é também necessário criar um novo suporte para apoiar o desenvolvimento das PME locais e introduzir medidas de apoio para as mesmas, em prol do seu desenvolvimento e reconversão.

Por último, as empresas em Macau são principalmente de dimensão pequena e média, representam mais de 90 por cento do número total de empresas e os seus trabalhadores representam 40 por cento da população activa total. Embora a economia esteja a crescer de forma constante em termos de escala e eficiência, é também necessário assegurar que as PME desempenhem um papel importante na recuperação económica, de modo a que possam ter um papel a desempenhar. Só assim podemos trabalhar em conjunto para ultrapassar este período difícil e fazer um bom trabalho de recuperação económica.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 16.10.2023

Formar mais talentos locais na área da saúde, acelerar o trabalho de triagem hospitalar e melhorar a aplicação prática do governo electrónico na área da saúde

A saúde é uma necessidade humana básica, por isso cabe ao Governo prestar, de forma abrangente e periódica, os serviços de saúde à população, para satisfazer as diversas necessidades de saúde da mesma.

No entanto, o sistema de saúde de Macau não consegue satisfazer as necessidades básicas de saúde da população. Antes de mais, é longo o tempo de espera para consulta no hospital e, durante a noite, pode até levar mais de três horas. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), no final de 2022, existiam em Macau 1965 médicos, uma média de 2,9 médicos por cada mil habitantes, e, comparando com a média de 3,2 a 3,9 médicos por cada mil habitantes nos países desenvolvidos, existe ainda certa distância, o que demonstra que o número de médicos em Macau dificilmente consegue satisfazer as necessidades dos residentes. Assim, espero que o Governo possa dar importância e acelerar a formação de talentos e os trabalhos de destacamento de pessoal para o sector da saúde, definir racionalmente os trabalhos de avaliação das designações profissionais dos médicos, elevar a regalias dos médicos e enfermeiros e reter talentos para servir melhor a sociedade e os cidadãos.

Com o desenvolvimento dos serviços de governação electrónica, a Conta Única demonstra as fortes funções do governo electrónico, que abrange vários serviços ligados à vida da população. Mas o que é estranho é que, segundo alguns residentes, os resultados dos testes rápidos da gripe sazonal efectuados no hospital não são divulgados no próprio local, mas, sim, carregados na Conta Única três horas depois. Só que, passados vários dias consecutivos, os resultados não aparecem na Conta Única. A medicação para a gripe sazonal não é igual à da gripe comum, e os médicos podem, com base nesses testes rápidos, receitar medicamentos adequados para ajudar os doentes a livrarem-se da doença o mais rápido possível, evitando o uso arbitrário de medicamentos para a gripe.

Mais, o Governo divulga, periodicamente, o número de casos de Covid e de gripe sazonal, no entanto, o hospital não incentiva os residentes a fazerem o teste rápido da Covid nem da gripe sazonal, a não ser que os residentes os exijam fortemente. Os resultados electrónicos dos testes rápidos e de outros relatórios médicos electrónicos não são carregados atempadamente, o que nos leva a duvidar da veracidade dos dados divulgados pelo Governo.

Em Shenzhen, região vizinha de Hong Kong, já foi concretizada a comunicação transfronteiriça de casos de doença e, no futuro, com o aprofundamento da cooperação, acredita-se que a procura de cuidados de saúde na Grande Baía por parte dos cidadãos de Macau vai aumentar, assim, promover a troca de informações sobre casos de doença entre Macau e Hengqin vai ajudar a população de Macau a viver na Grande Baía no futuro. Mas, considerando o actual grau de aplicação em Macau do sistema electrónico de troca de informações sobre doenças, é necessário que o Governo da RAEM continue a aperfeiçoar

os diversos aspectos da aplicação do governo electrónico na vida da população, por exemplo, através da optimização do processo de carregamento atempado de dados, como os relatórios médicos electrónicos, nesse sistema de troca de informações.

Os médicos e os enfermeiros são um grupo importante para o desenvolvimento da sociedade, por isso, a contratação e formação de profissionais de saúde locais podem não apenas acelerar de forma eficaz o tratamento em diferentes especialidades nos hospitais, como também satisfazer as necessidades médicas dos cidadãos, elevar a qualidade dos serviços prestados e o sentimento de felicidade dos cidadãos, e, ainda, contribuir para o desenvolvimento diversificado “1 + 4” da economia de Macau. Além de dar importância à importação de profissionais de saúde do exterior, para que desempenhem o seu papel de transmissores, o Governo deve também ter em conta a formação de talentos locais, melhorar as regalias dos médicos e enfermeiros, e manter os actuais profissionais de saúde de Macau com acções concretas.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 16.10.2023

Aumentar, ao mesmo tempo, o salário dos funcionários públicos e a pensão de velhice, indexada ao índice mínimo de subsistência

O Chefe do Executivo anunciou o aumento dos salários dos funcionários públicos no próximo ano, o que merece o meu apoio e reconhecimento, porque já estão congelados há quatro anos e a actualização salarial é razoável e necessária. Mas o Governo não pode ignorar a situação desequilibrada e instável da recuperação económica, e as necessidades e dificuldades de empresas, residentes e grupos vulneráveis. A medida mais eficaz é aperfeiçoar o regime de aposentação, por exemplo, retomar a injeção de capital no regime de previdência central segundo a proporção das receitas financeiras, aumentar o valor da pensão e indexá-lo ao índice mínimo de subsistência, e lançar políticas de benefício universal para incentivar o consumo nos bairros comunitários, e medidas de apoio específicas como o consumo em Macau.

Com os esforços do Governo da RAEM, a economia recuperou gradualmente e a taxa de desemprego baixou ainda mais, mas o ambiente de negócios em geral ainda não é satisfatório. Os bairros comunitários não foram beneficiados com os visitantes, e têm de enfrentar o aumento dos preços dos produtos e a perda de consumo. Não se pode ignorar que, apesar do novo número máximo de entradas de visitantes durante a semana dourada do Dia Nacional, houve também um aumento contínuo do rácio de empréstimos incobráveis em Macau. O Governo voltou a lançar a medida de “prorrogação do pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital”, o que comprova as dificuldades de exploração que as empresas estão a enfrentar. Como estas suportam milhares de famílias, o Governo deve lançar medidas de benefício universal ou de consumo em Macau, para apoiá-las a ultrapassar as dificuldades e estabilizar a recuperação económica.

Por outro lado, o aumento dos salários dos funcionários públicos deve-se à actual conjuntura económica, à situação financeira do Governo, à tendência dos salários no mercado privado e à inflação, entre outros factores, mas é de salientar que os trabalhadores, os cidadãos e os idosos, entre outros grupos vulneráveis, não estão no mesmo universo dos funcionários públicos, e cada um de nós tem os próprios problemas para enfrentar. Face à grande redução dos rendimentos, os residentes vêm-se obrigados a reduzir o apoio aos seus idosos e, mais, após a epidemia, toda a estrutura económica se alterou e houve um aumento do preço dos produtos de primeira necessidade, por isso a vida das famílias em situação vulnerável e dos idosos das camadas sociais mais baixas está cada vez mais difícil, e a qualidade de vida está a piorar com a suspensão da injeção de verbas no Fundo de Previdência Central.

Segundo os dados estatísticos do Governo, o índice da inflação anual é baixo, salientando várias vezes que há um mecanismo legal para ajustar o valor da pensão para idosos quando a taxa de inflação atingir os 3%, mas, na realidade, as despesas com o vestuário, alimentação, habitação e transportes já ultrapassaram, em grande escala, o índice de preços no consumidor (IPC) e, na teoria económica, a taxa de inflação vai-se

acumulando, e a baixa taxa de inflação dos últimos anos leva com que já haja condições para aumentar o valor da pensão para idosos. Assim, apelo ao Governo para ter em conta a realidade da situação económica e as opiniões da sociedade, para desempenhar, de forma activa, a sua função de redistribuição da riqueza social, pois se se decidiu aumentar os salários dos funcionários públicos, há então que ponderar o aumento do valor base da pensão para idosos, indexando-a ao índice mínimo de subsistência, e injectar, quanto antes, 7000 patacas no regime de previdência central, uma vez que a actual reserva financeira é saudável. Isto, para além de poder aperfeiçoar e otimizar o nosso regime de aposentação, contribui ainda para promover o desenvolvimento justo e equilibrado da nossa sociedade e, em certa medida, vai reduzir os encargos dos filhos e aumentar a vontade de procriar.

Finalmente, apelo ao Governo e aos serviços competentes para estudarem a implementação de um regime de actualização salarial por categorias para os funcionários públicos, tendo em conta a diferença salarial entre os funcionários das categorias média e baixa. Quanto aos funcionários da categoria mais elevada, sugiro que se crie um regime de incentivo indexado ao seu desempenho, elevando, desta forma, o moral da equipa e a eficácia administrativa.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 16.10.2023

Aperfeiçoar as garantias médicas e de aposentação dos idosos, tendo em conta o envelhecimento contínuo da população

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, no 4.º trimestre de 2022, a população total era de 672 800 pessoas, e 89 500 delas com idade igual ou superior a 65 anos, representando 13,3 por cento da população total. Para fazer face ao envelhecimento contínuo da população, o Governo implementou várias políticas e medidas, por exemplo, criou o "Grupo Director Interdepartamental do Mecanismo de Protecção dos Idosos", e definiu o "Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos 2016-2025" e o "Regime Jurídico de Garantias dos Direitos e Interesses dos Idosos". Com o desenvolvimento da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, o aprofundamento contínuo dos serviços públicos de segurança social das duas regiões e a divulgação do "Programa do subsídio para seguro de saúde dos residentes da RAEM no Interior da China" contribuem para criar mais condições propícias ao aperfeiçoamento das garantias de aposentação dos residentes de Macau.

Mas, devido à inexistência de saldos nas receitas das finanças públicas, não se reuniram condições, durante três anos consecutivos, para efectuar uma injeção extraordinária de capital na previdência central não obrigatória, que é uma parte importante do sistema de segurança social, o que reduz os rendimentos anuais disponíveis dos idosos que já atingiram a idade definida para o respectivo levantamento, e até afecta directamente a vida pós-aposentação dos idosos com dificuldades económicas. Recentemente, o Fundo de Segurança Social de Zhuhai clarificou as regras de participação no seguro social, assim, alguns residentes de Macau que já participavam nos seguros de velhice e de saúde nas zonas urbanas e rurais de Zhuhai deixaram de reunir os requisitos para tal, e outros residentes de Macau que, mesmo tendo emprego, auferem baixos rendimentos, não conseguindo suportar as elevadas despesas médicas e não tendo dinheiro para comprar o seguro de saúde comercial, viram-se excluídos da subscrição do referido seguro, não podendo reforçar as suas garantias de saúde através da aquisição do seguro de saúde em Zhuhai.

É de salientar que proporcionar melhores garantias de aposentação aos residentes na sua velhice já reúne consenso social, portanto, o Governo deve proceder, quanto antes, ao respectivo planeamento e, tendo em conta o envelhecimento contínuo da população, definir políticas e medidas adequadas à tendência do desenvolvimento de Macau, evitando-se assim que a aposentação, os cuidados de saúde e a segurança social dos residentes sejam afectados.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Nos primeiros três trimestres do corrente ano, cerca de 20 milhões de visitantes entraram em Macau, e a despesa total dos mesmos manteve-se em comparação com 2019, registando-se um aumento na despesa individual. Nos primeiros nove meses deste ano, o valor acumulado das receitas do jogo é semelhante ao previsto para todo o ano, ou seja,

130 mil milhões, prevendo-se que atinja 180 mil milhões este ano. Nesta conjuntura favorável, o Governo deve proceder, quanto antes, a uma análise global sobre o desenvolvimento económico de Macau e a situação dos saldos financeiros positivos, e decidir e divulgar a situação da injeção extra na previdência central no próximo ano, para os idosos poderem planear o montante que têm à sua disposição. Se continuar a não haver condições, nos termos da lei, para efectuar uma injeção extra na previdência central, tendo em conta que as receitas do jogo ultrapassam significativamente o orçamento previsto, sugiro atribuir mais uma prestação do subsídio para idosos, ou estudar outras medidas viáveis para apoiar os idosos e os grupos vulneráveis.

2. De acordo com os dados do “Orçamento ordinário integrado da RAEM para o ano económico de 2023”, a despesa orçamentada para a área da saúde, segundo a classificação funcional, ultrapassa os 12,3 mil milhões. O Governo investe anualmente avultados recursos financeiros públicos na prestação de cuidados de saúde aos residentes, mas, face ao aumento contínuo da procura de serviços de consulta externa e de exames médicos oferecidos pelas entidades públicas, o problema do longo tempo de espera ainda não foi eficazmente resolvido. Solicito ao Governo que proceda, quanto antes, a um estudo sobre a viabilidade da implementação de um seguro universal de saúde, para este seguro com natureza “portátil” poder atenuar a pressão do sistema público, oferecendo mais opções de serviços médicos à população e aperfeiçoando ainda mais o sistema de protecção da saúde de Macau.

3. Com base nas actuais políticas transfronteiriças em benefício do bem-estar da população, no futuro, é necessário promover a articulação da segurança social e dos serviços públicos entre Guangdong e Macau, e proceder, em particular, a uma coordenação suficiente quanto às diferenças dos sistemas entre os dois lados, bem como aperfeiçoar os mecanismos de interligação e comunicação entre os serviços públicos dos dois lados, para as políticas, em termos da sua implementação, e do seu ajustamento e divulgação, poderem corresponder às necessidades da população, e para as políticas favoráveis a Macau poderem alcançar a sua intenção original de facilitar e favorecer a população.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.10.2023

Promover a redução das medidas restritivas no sector imobiliário para apoiar os residentes na aquisição de habitação

Nos últimos anos, a economia de Macau tem estado mal e houve uma redução dos preços, bem como do número de transacções de habitação privada. O aumento da pressão dos juros e do imposto do selo sobre os imóveis, previsto nas medidas restritivas, aumentou os custos da hipoteca, o que prejudica a aquisição de imóveis pelos residentes. Segundo algumas opiniões da sociedade, o Governo deve, tendo em conta as mudanças do mercado, ajustar as políticas do mercado imobiliário, reduzir, em tempo oportuno, as medidas restritivas e adoptar medidas eficazes para apoiar os residentes na troca ou aquisição de imóveis.

Olhando para as regiões vizinhas, para se articularem com a recuperação económica e satisfazerem as necessidades de melhoria do ambiente habitacional dos residentes, muitas cidades do Interior da China relaxaram as condições de aquisição de imóveis, para apoiar os residentes na aquisição ou troca de apartamentos, de acordo com as suas necessidades familiares, e adoptaram políticas vantajosas, como “reconhecer o imóvel e ignorar o empréstimo”, para reduzir a pressão de empréstimo dos residentes. O Governo de Hong Kong também afirmou que estava a rever as medidas restritivas do sector imobiliário e que ia proceder a um ajustamento adequado das respectivas políticas nas LAG para o próximo ano.

Ora, o mercado imobiliário de Macau está pouco dinâmico, mas ainda não foi implementada uma política para atenuar as medidas picantes e, apesar de os preços das fracções habitacionais terem diminuído repetidamente, poucas transacções foram efectuadas. Segundo consta, muitos residentes necessitam urgentemente de alargamento e melhoria do seu limitado espaço habitacional, por casamento e natalidade, porém, devido às limitações das medidas picantes, é difícil concretizar as suas necessidades habitacionais. Actualmente, os residentes que pretendam comprar a segunda habitação para substituir a original têm de pagar um imposto do selo adicional de 5 por cento sobre o preço da propriedade. Se o preço ascender a 10 milhões de patacas, isso significa que têm de pagar, adicionalmente, 500 mil patacas de imposto de selo. Embora os residentes possam obter uma devolução do imposto do selo adicional se venderem a habitação antiga no prazo de um ano, devido às incertezas do mercado imobiliário neste momento e à falta de compradores, é difícil para muitos residentes venderem a primeira habitação nesse prazo, pelo que não conseguem a devolução do imposto. As elevadas despesas fiscais e a pressão crescente dos juros hipotecários dissuadem os residentes de comprar casa, apesar da sua necessidade de substituição de casa.

De facto, de entre os cinco escalões de habitação estabelecidos pelo Governo, a habitação privada é uma parte relevante, e a sua compra e venda é um meio importante para resolver as necessidades de habitação e de investimento razoável de alguns residentes. Mais, a transacção de imóveis em segunda mão pode estimular as actividades económicas

do mercado, como, o sector imobiliário, as obras de remodelação, o comércio a retalho residencial, etc., injectando dinamismo na economia e no mercado de emprego.

Proponho ao Governo que, sob o pressuposto de “não haver especulação na compra e venda de habitações”, proceda, atempadamente, ao ajustamento das medidas picantes, dando luz verde aos residentes com necessidades prementes de habitação, e concedendo-lhes apoios através de políticas na compra e venda de habitações, nomeadamente para os residentes que comprem a sua primeira habitação e troquem fracções pequenas por grandes, concedendo-lhes bonificação de juros ou isenção fiscal e alargando adequadamente a proporção de crédito, a fim de promover a aquisição de habitação pelos residentes e o desenvolvimento estável do mercado.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.10.2023

O Governo deve aperfeiçoar continuamente as políticas de habitação pública para ajudar a população a ter um lar

Recentemente, o Governo anunciou que ia realizar um novo concurso para habitação económica; mais, foi aprovada a lei da habitação intermédia e divulgados os pormenores sobre a candidatura a residências para idosos. Tudo isto demonstra que o Governo está empenhado em dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes das diferentes camadas. Mas, além do planeamento e construção de habitação pública, o Governo também precisa de aperfeiçoar os respectivos detalhes e normas legais, nomeadamente, a proporção da oferta de fracções de diferentes tipologias, o prazo para a candidatura e a definição do limite de rendimentos e património dos agregados familiares, e de divulgar, quanto antes, o preço da habitação económica e para a classe intermédia.

Primeiro, espero que o Governo implemente, quanto antes, a candidatura permanente para habitação económica. Segundo o actual planeamento, haverá uma oferta estável de habitação pública. Nos últimos anos, o Governo recuperou muitos terrenos e afirmou que ia dar prioridade à construção de habitações e instalações públicas. Assim, o Governo já deve ter condições suficientes para promover a candidatura permanente. Isto permite que os residentes qualificados apresentem oportunamente a sua candidatura consoante as necessidades, acelerando os procedimentos administrativos, e que o Governo analise a situação relativa, por exemplo, à procura, à idade e à estrutura familiar dos candidatos, contribuindo para dominar informações exactas para avaliar e planear o número, a distribuição, a proporção das tipologias e as condições para a candidatura a habitações económicas, e otimizar oportunamente as respectivas políticas e leis.

Segundo, em termos de tipologia, a proporção das fracções T2 e T3 deve ocupar a maior parte. Devido à escassez de terrenos e à grande procura de habitações económicas, o Governo planeou disponibilizar um grande número de fracções T1, mas, na realidade, é difícil dar resposta às necessidades das famílias em geral em relação à área habitacional básica e até ao seu desenvolvimento. Quanto ao futuro planeamento da construção de habitação económica, há que definir políticas familiares para a promoção efectiva de nascimentos saudáveis, do aumento da taxa de natalidade e de coabitação com os idosos. Por exemplo, das 9796 candidaturas admitidas em 2021, 4507 foram apresentadas por pessoas entre os 23 e os 44 anos, e 66 por cento, por agregados familiares compostos por 2 ou mais pessoas. Isto demonstra que continua grande a procura de habitação por parte dos jovens e dos casais em idade de casar, portanto, o Governo deve ponderar sobre a situação e aumentar a oferta de fracções T2 ou de áreas maiores, com vista a apoiar o desenvolvimento familiar dos residentes.

Terceiro, muitos jovens dizem que têm vontade de casar, e não é que eles não tenham necessidade habitacional ou de habitação económica, mas, segundo a lei, os candidatos individuais só podem candidatar-se a fracções T1, e os candidatos de habitação económica só têm uma oportunidade de aquisição, portanto, eles receiam que, após a aquisição de uma fracção T1, não seja possível satisfazer as necessidades de desenvolvimento das

famílias. Proponho mais uma vez o seguinte: como a oferta de terrenos e de habitação pública é mais estável do que no passado, as autoridades devem proceder à revisão da lei, para flexibilizar os requisitos de candidatura, para que os candidatos individuais possam candidatar-se ou passar a comprar fracções T2.

Por fim, quanto à opção de compra de uma habitação económica ou para a classe intermédia, os residentes têm de considerar os respectivos requisitos e as suas necessidades e ainda a sua capacidade económica para suportar os respectivos preços. Os preços da nova ronda de candidatura das habitações económicas ainda vão ser definidos pelo Chefe do Executivo, e a respectiva lei já define que o preço da fracção tem em conta o prémio de concessão e o custo de construção, entre outros factores, só que o Governo afirmou, no processo legislativo, que o preço ia ter em consideração outros factores, mas a lei não especifica a respectiva percentagem e o montante concreto, assim, acredita-se que, no futuro, os preços terão alguma flexibilidade. O Governo deve definir um preço razoável para as habitações económicas, tendo em conta o poder de compra dos residentes, divulgar, quanto antes, os respectivos preços da habitação económica e da habitação para a classe intermédia, para que os candidatos possam ponderar e organizar as suas candidaturas, e isso vai ajudar o Governo a planear de forma ordenada a construção de habitação pública e ajudar os candidatos a saberem quando é que as habitações são atribuídas. Mais, há que definir, de forma razoável, os limites máximo e mínimo de rendimento e de património para as habitações sociais, económicas e para a classe intermédia, para evitar que os agregados familiares que reuniam condições sejam afectados, devido à alteração irrazoável dos respectivos preços. Tudo isso tem como objectivo ajudar os residentes a viver com tranquilidade através da política de habitação escalonada, isto é, habitação social, económica e para a classe intermédia.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.10.2023

Anunciar, o mais cedo possível, as rendas da Residência para Idosos em prol da melhoria contínua da política

O Governo publicou, há dias, o Regulamento de utilização e gestão da Residência para Idosos, segundo o qual, os residentes permanentes da RAEM que completaram 65 anos de idade e possuem capacidade de se autocuidarem para viver no domicílio podem candidatar-se. As Residências para idosos, que fazem parte das cinco classes de habitação propostas pelo actual Governo, têm sido, desde sempre, alvo de atenção social, e muitos idosos aguardam com expectativa. Apesar de muitos idosos de Macau serem proprietários de imóveis, muitos vivem em prédios antigos. Segundo os dados dos Censos 2021, 5966 residentes viviam em prédios antigos de Macau, ou sós ou em famílias de dois idosos. Por dificuldades motoras ou impossibilidade de manutenção dos prédios, muitos desses idosos têm uma má qualidade de vida. A política relativa às Residências para Idosos tem precisamente como objectivo resolver o problema e responder às aspirações de longa data da comunidade. Este facto demonstra a preocupação do Governo com os idosos e o cumprimento dos seus compromissos políticos, sendo o seu trabalho digno de reconhecimento.

O IAS prevê começar a aceitar candidaturas à residência para idosos em Novembro, concluir a apreciação das candidaturas e organizar a ocupação por parte dos idosos qualificados em 2024, mas ainda não divulgou informações detalhadas como as rendas, o que deixa muitos idosos preocupados, pois não sabem se conseguem suportá-las nem se reúnem condições para se candidatarem. No debate do ano passado na Assembleia Legislativa, a Secretária respondeu aos deputados que “as rendas da residência para idosos não vão ser tão altas como as do mercado e vão ser fixadas tendo como referência as dos edifícios industriais”. Tendo como referência a renda de alguns edifícios industriais na Areia Preta, que é de cerca de 10 patacas por pé quadrado, a renda de referência de uma residência com cerca de 400 pés é de 4000 patacas. Embora seja mais baixa do que a das habitações privadas, é um encargo para muitos idosos que não têm rendimentos. Espero que o Governo divulgue as rendas, quanto antes, reduza ao máximo o preço, pondere a capacidade financeira dos candidatos e os ajude a arrendar as suas fracções nos edifícios antigos, para concretizar os objectivos de cuidar adequadamente dos idosos, melhorar as suas condições de vida e incentivar a sua participação nas actividades sociais. Como a área e a divisão da residência são uniformizadas, não é possível satisfazer as necessidades dos diferentes idosos. Assim, pode considerar-se construir fracções com áreas e instalações diferentes no futuro.

Os candidatos têm de reunir os requisitos de idade definidos no regulamento administrativo, que não são fáceis de satisfazer por alguns idosos, isto é, no caso de solicitação de utilização de um apartamento em conjunto com outra pessoa, então uma tem de completar 65 anos de idade e a outra, 60 anos. Assim, os casais com grande diferença de idade não podem viver juntos na Residência para Idosos. Tomando como referência as experiências de outras regiões, o limite de idade do cônjuge do candidato é relativamente mais baixo, por exemplo, basta ter completado 50 anos de idade, ou até não há limite de

idade. As autoridades devem ponderar sobre o limite de idade dos casais que coabitam, para estes poderem candidatar-se e para que a política de Residência para Idosos possa ser melhor concretizada.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.10.2023

Aperfeiçoar o sistema de governação de Macau segundo a lei e promover a construção de um Governo alicerçado no Estado de Direito

A “Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China sobre algumas questões cruciais para a plena promoção da governação do País de acordo com a Lei” estipula claramente que a governação do País de acordo com a Lei é uma exigência necessária para concretizar a modernização do sistema e da capacidade de governação do Estado, salientando que a lei é um instrumento importante para a governação do País e que as boas leis são a condição prévia da boa governação.

A essência do primado da lei é a boa governação através de boas leis, e a qualidade das leis é a chave para a concretização de uma boa governação. “Ter leis, mas não aperfeiçoadas, é como não as ter”. O Governo tem vindo a promover a construção de um Governo e de uma sociedade alicerçados no Estado de Direito, mas o relatório final sobre a execução do primeiro Plano Quinquenal refere que, em algumas áreas, o problema da desactualização das leis se destaca, e o processo legislativo e de revisão das leis é lento, o que impede, em certa medida, o desenvolvimento económico e social.

O primado da lei é um suporte importante para a promoção da modernização do sistema e da capacidade de governação por parte do Governo, e também uma pedra basilar para a prosperidade e a estabilidade a longo prazo de Macau. O Governo, persistindo na governação nos termos da lei e na governação de Macau segundo a lei, deve elevar constantemente a capacidade e o nível do primado da lei, aperfeiçoando continuamente o sistema jurídico da RAEM, para promover o desenvolvimento através de boas leis e assegurar uma boa governação. Apresento, assim, as três sugestões seguintes:

Primeiro, aperfeiçoar o ordenamento jurídico regido pelo princípio de “governar Macau de acordo com a lei”. Segundo um velho ditado, as leis devem sempre acompanhar as mudanças, para o país ser bem governado; e a governação deve adaptar-se à realidade, para se alcançar bons resultados. Atendendo à complexidade do ordenamento jurídico, embora o Governo tenha concluído a recensão e adaptação das leis promulgadas antes do Retorno, o problema da sua desactualização não está completamente resolvido. Sugiro ao Governo que continue com a recensão e adaptação legislativas; reforce e optimize os regimes jurídicos; melhore os procedimentos de elaboração de regulamentos administrativos; crie mais vias para a participação da população na produção legislativa, tendo em conta necessidades, sugestões e opiniões; acelere os trabalhos legislativos em diversas áreas, para se colmatar o vazio legal e as leis acompanharem a evolução dos tempos; reforce os trabalhos legislativos nas áreas prioritárias e dê prioridade aos ligados à vida da população, à economia e à cooperação regional, a fim de proporcionar uma base legal para salvaguardar e melhorar a vida da população, e promover a recuperação económica, o desenvolvimento diversificado e a integração no desenvolvimento do País.

Segundo, persistir na governação nos termos da lei. “A lei não se aplica sozinha”, pois o seu efeito dissuasor depende da execução. Da boa legislação até à boa governação, é necessário todos os sectores da sociedade e, sobretudo, o Governo agirem proactivamente. Espero que o Governo actue em estrita observância da Constituição e da Lei Básica, e

administre seguindo o princípio e as regras do Estado de direito, na tomada e aplicação das decisões. Há que reforçar a preparação e a gestão dos funcionários públicos, para garantir o desempenho das funções nos termos da lei. Isto para que o desenvolvimento da RAEM siga sempre o rumo do Estado de direito.

Terceiro, reforçar a divulgação e sensibilização jurídica. Uma sociedade cumpridora da lei é a base da governação segundo a lei, portanto, garantir o cumprimento da lei por parte de toda a população é um trabalho longo e fundamental. “As leis têm de ser feitas inteligíveis e acessíveis, para serem compreendidas pelos leigos”. Proponho ao Governo que reforce a sensibilização jurídica, torne a terminologia mais acessível para os residentes, e incentive a população a estudar, a compreender, a cumprir e a aplicar a lei. Há que integrar a educação jurídica na educação nacional, criar uma disciplina sobre os conhecimentos jurídicos nas escolas primárias e secundárias, preparar a consciência jurídica dos jovens e reforçar a ideia do Estado de direito em toda a sociedade.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 16.10.2023

Como aperfeiçoar as instalações desportivas e o sistema de formação de talentos de Macau

A 19.^a Edição dos Jogos Asiáticos terminou com sucesso, e a delegação desportiva de Macau, China, obteve os melhores resultados de sempre, e os esforços envidados pelo Governo e pelo sector desportivo foram reconhecidos, pelo que gostaria de expressar as minhas felicitações! Macau vai organizar, com a província de Guangdong e Hong Kong, os Jogos Nacionais em 2025, por isso espera-se que o Governo aproveite esta oportunidade para aperfeiçoar o sistema de formação de talentos no desporto de rendimento, otimizar o desenvolvimento da carreira dos atletas, reforçar a equipa de treinadores e, ainda, através do aproveitamento dos espaços, nomeadamente, dos terrenos desaproveitados, da construção de instalações municipais e de habitação pública, e da oportunidade de renovação urbana, melhorar as instalações desportivas. Mais, sendo o “desporto para todos” a base para o desenvolvimento do desporto de rendimento, propõe-se que, na construção ou remodelação das instalações desportivas, sejam equilibradas as necessidades dos diferentes grupos, para que o “desporto” se possa integrar melhor na vida da população.

Segundo os resultados do “Inquérito sobre as Instalações Desportivas de Macau 2022”, devido à conclusão do Centro de Formação e Estágio de Atletas e do Centro Desportivo de Mong-Há, e ao aumento das instalações dos complexos habitacionais privados, a área média das instalações desportivas *per capita* é de 1,53 metros quadrados, representando um aumento de 14,2 por cento em relação a 2017, mas esta percentagem está aquém dos 2,62 metros quadrados de instalações desportivas *per capita* do País em 2022. Compreende-se que os terrenos da RAEM são escassos, mas, depois de consultar as respectivas informações, verifica-se que os terrenos do Estado revertidos com sucesso na Taipa reúnem melhores condições para a criação de espaços desportivos. O Governo está a desenvolver os trabalhos de elaboração dos planos de pormenor das diversas zonas, assim, sugere-se que os serviços responsáveis pelo planeamento de terrenos ponderem, com base nos resultados do referido “Inquérito”, a maximização dos recursos de terrenos, a fim de melhor planear instalações desportivas adequadas para o futuro. Acredita-se que, com o melhoramento gradual da rede de transporte do Metro Ligeiro, a área de cobertura dos utentes das respectivas instalações poderá ser ainda mais alargada.

Por outro lado, segundo os “Censos 2021”, as zonas com maior densidade populacional são a Doca do Lam Mau e a zona de San Kio, mas nas suas proximidades não há terrenos com condições para a construção de instalações desportivas, por isso, quando o Governo decidiu transformar o canídromo num grande parque desportivo, deixou a sociedade entusiasmada. Com a divulgação, em Julho, do respectivo projecto conceptual, verifica-se que, após a conclusão da obra, serão proporcionadas aos cidadãos mais opções desportivas e de entretenimento. Mas o recente ajustamento do modo de funcionamento da Piscina de Ling Fong destacou as necessidades desportivas dos diferentes grupos de pessoas. Sugiro aos serviços competentes que, aquando da concepção e construção de instalações desportivas, tenham em conta as necessidades dos diferentes

grupos de utentes, como os idosos, as pessoas portadoras de deficiência e as crianças, e aproveitam a oportunidade da remodelação dos parques desportivos, para que mais residentes possam ser beneficiados.

Por último, as forças sociais são componentes importantes para a formação de talentos do desporto de rendimento, por isso, espero que o Governo possa, para além de reforçar o investimento nos recursos desportivos, promover e incentivar as grandes empresas, as concessionárias do jogo, as entidades de interesse público, etc., a apoiarem, através de diversas formas, as escolas e as associações sociais na participação e no desenvolvimento de diferentes modalidades desportivas e na formação de talentos, e empenhar-se ainda no melhoramento do planeamento da carreira desportiva dos atletas, e no estabelecimento de um mecanismo de investimento financeiro liderado pelo Governo, com participação no mercado e apoio social, para criar um bom ambiente de trabalho desportivo e promover o desenvolvimento global, coordenado e sustentável do desporto de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.10.2023

Regulamentação da venda de bilhetes para os espectáculos

Este ano, o sector do turismo registou uma recuperação, tendo as grandes empresas aproveitado a oportunidade para organizar diversas actividades culturais e recreativas, como espectáculos e concertos, bem como eventos de grande escala, actividades que conseguiram satisfazer as necessidades culturais e espirituais dos residentes e turistas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do turismo integrado de Macau também tem vindo a introduzir novos elementos, o que tem sido muito bem acolhido pelos residentes e turistas. Muitos turistas deslocam-se propositadamente a Macau para assistir a esses espectáculos e também permanecem em Macau para visitar o território, impulsionando o desenvolvimento do sector do turismo e das indústrias adjacentes.

Mas, segundo muitos residentes e turistas, é difícil adquirir bilhetes para alguns espectáculos, especialmente concertos, uma vez que estes se esgotam logo que são vendidos pela entidade organizadora. Pelo contrário, em várias plataformas sociais e em *websites* de compras também se disponibilizam serviços de aquisição de bilhetes, mas, para isso, é necessário pagar mais ou até pagar várias vezes o preço original. Como as actividades de entretenimento cessaram na epidemia, agora é normal que os fãs estejam dispostos a ver os ídolos de quem se despediram por alguns anos, mesmo que tenham de pagar várias vezes o preço normal dos bilhetes. No entanto, este fenómeno de venda prejudica gravemente os direitos e interesses dos consumidores, dando origem a várias fraudes na compra de bilhetes para concertos, em que os compradores podem perder o seu dinheiro, sem conseguir obter bilhetes. Apesar de alguns organizadores de eventos terem tentado reforçar a gestão através de medidas como a limitação da compra e o adiamento do levantamento de bilhetes, não foi possível reprimir a venda especulativa de bilhetes para obtenção de lucros exorbitantes.

Os espectáculos de entretenimento são novos elementos para a indústria do turismo integrado e uma parte relevante para a diversificação adequada das indústrias de Macau. Assegurar o desenvolvimento saudável e ordenado do mercado de espectáculos de Macau está intimamente ligado aos cidadãos consumidores e turistas, e também influencia directamente o desenvolvimento e a valorização da indústria global de Macau e a renovação da sua imagem.

Esta situação de revenda e especulação de bilhetes não se verifica apenas em Macau, mas também em Hong Kong e no Interior da China. Em Hong Kong, adoptou-se o método de “compra de bilhetes com registo do nome real” em determinados eventos, e os Ministérios da Cultura e Turismo da RPC e da Segurança Pública publicaram o “Reforço da gestão da regulamentação dos espectáculos de grande envergadura, e da promoção do desenvolvimento saudável e ordenado do mercado de espectáculos”. Desde a implementação dessas medidas, houve uma redução significativa do fenómeno caótico de especulação. Assim, sugiro às autoridades que tomem como referência as experiências do Interior da China, estudem com as empresas organizadoras de espectáculos, com as instituições e com as empresas de venda de bilhetes o seu plano de venda e, ao mesmo

tempo, aumentem a proporção de venda de bilhetes para os espectáculos de grande envergadura. Quanto às lacunas do modelo de aquisição de bilhetes através da *internet*, há que exortar os serviços responsáveis pela venda a aperfeiçoar o modelo, pois só com a união de esforços entre o Governo e as empresas é que se pode salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos consumidores e fazer com que o sector dos espectáculos e entretenimento caminhe rumo a um desenvolvimento saudável e ordenado.

IAOD do Deputado Pang Chuan em 16.10.2023

Adoptar medidas para dar mais importância ao ensino superior

Neste primeiro dia da nova sessão legislativa, gostaria de, em primeiro lugar, apresentar aos colegas os meus cumprimentos e votos de um ano de trabalho frutífero, através do nosso esforço conjunto.

As instituições de ensino superior também iniciaram um novo ano lectivo. Segundo dados públicos, o número de novos alunos das universidades manteve um aumento estável. A Universidade de Macau admitiu este ano 4400 novos alunos, nomeadamente, mais de 1900 de licenciatura e cerca de 2500 de pós-graduação; a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, mais de 7000, de licenciatura, mestrado e doutoramento; a Universidade Politécnica de Macau, 2200, dos três graus académicos; a Universidade da Cidade de Macau, 3900, dos três graus académicos; o Instituto de Formação Turística, 600, dos três graus académicos; e o Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau, cerca de 240, de licenciatura e mestrado. A par disso, a prestação dos novos alunos tem vindo a melhorar, pois as notas dos exames de admissão são mais altas cada ano e a concorrência é cada vez mais acirrada. Creio que muitos colegas Deputados também têm a mesma sensação.

O ensino superior de Macau é cada vez mais reconhecido pelos sectores da sociedade, e já se vislumbra o perfil de Macau enquanto cidade universitária e de ciência e tecnologia. Mas, para o ensino superior atingir outro patamar, é necessário definir políticas mais fortes de captação de quadros qualificados, exploração de espaços e investigação científica e tecnológica, investindo mais recursos. Assim, espero que o Governo dê mais importância aos seguintes trabalhos:

1. Na apreciação dos pedidos de captação de quadros qualificados, é dada grande importância aos que exercem funções de ensino de investigação científica nas instituições de ensino superior de Macau. Quanto aos quadros qualificados das quatro grandes indústrias que o Governo está a captar, na resposta à minha pergunta, a Secretária referiu que “não se vê nenhuma especialidade que não esteja relacionada com aquelas quatro indústrias”, mas, na realidade, muitos professores obtiveram respostas completamente diferentes. Reparei, com muita tristeza, que tanto nas universidades públicas como nas privadas, as elites saíram de Macau por não conseguirem o BIR de Macau. Espero que o Governo faça algo para ajudar as instituições de ensino superior de Macau na captação de quadros qualificados.

2. O aumento da envergadura das instituições de ensino implica o aumento da procura de espaços para o ensino. No futuro, só se pode esperar que o Governo lance políticas de relaxamento, permitindo às instituições de ensino superior de Macau estenderem as actividades de ensino e de investigação científica à Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, pois só assim será possível resolver efectivamente a falta de espaços de ensino. Actualmente, o Governo da RAEM está a dialogar com os serviços competentes do Governo Central para encontrar uma solução. Espera-se que o Governo da RAEM reforce a sua comunicação para que o *campus* do ensino superior de Macau seja estendido a essa

Zona.

3. Os estudos científicos requerem um investimento financeiro suficiente. O Governo da RAEM incentiva as universidades a optarem por um desenvolvimento orientado para o mercado, aumentando as suas receitas através da cooperação indústria-universidade, o que é um rumo correcto. Mas, para as universidades, é também necessário que o Governo invista suficientes recursos financeiros para os estudos. Aliás, os referidos dois factores são coerentes e estabelecem uma relação de complementaridade mútua. Espera-se que, com uma melhoria gradual da economia, o Governo possa aumentar, passo a passo, o financiamento para os estudos científicos das universidades públicas e privadas.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 16.10.2023

Desenvolver as vantagens institucionais da Zona de Cooperação Aprofundada para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau

Desde a criação da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, há dois anos, os governos de Guangdong e de Macau têm aproveitado as vantagens dos “dois sistemas” para, em estreita cooperação e de acordo com o posicionamento estratégico definido no “Plano geral de construção da Zona de Cooperação Aprofundada”, aperfeiçoar constantemente o novo sistema de negociação, construção e administração conjuntas e partilha de resultados, promovendo o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. Em observância do posicionamento estratégico “Quatro Novas” e das grandes tarefas, as “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada”, os benefícios fiscais de 15 por cento, o “Parecer sobre as 30 medidas financeiras” e as “20 medidas alfandegárias” foram implementados, entre outras medidas favoráveis, para a otimização contínua dos regimes e a concentração dos elementos inovadores, criando-se condições propícias ao desenvolvimento acelerado da Zona. Segundo as estatísticas, no primeiro semestre deste ano, as receitas das “Quatro Novas Indústrias” (excluindo a financeira moderna) nessa Zona atingiram cerca de 8 mil milhões, um aumento de quase 30 por cento face ao ano anterior; houve mais de 40 empresas de circuitos integrados em funcionamento efectivo, tendo sido formada preliminarmente a indústria; o valor acrescentado da indústria financeira moderna com certa envergadura atingiu 8,777 milhões, um aumento de 2,9 por cento face ao ano anterior; e, até Agosto deste ano, havia 5763 empresas de capital de Macau na referida Zona, um aumento de 23,5 por cento face ao período anterior à sua criação. Estes dados demonstram que, em apenas dois anos, a Zona de Cooperação Aprofundada já alcançou grande sucesso, com resultados notáveis.

O Chefe do Executivo lidera Macau rumo à diversificação adequada “1+4”, empenhando-se na construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, e a nossa estrutura industrial está a ser constantemente otimizada. Devemos, conforme a exigência apresentada pelo Chefe do Executivo, isto é, “reforçar o desenvolvimento das quatro principais indústrias entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada, para abrir novos espaços e criar novas condições para a diversificação adequada da economia de Macau”, desenvolver, firme e continuamente, as vantagens institucionais da Zona, e aprofundar a articulação de regras e mecanismos, para aumentar ainda mais o nível de integração do mercado e promover a interligação; devemos ainda promover activamente a construção de um local de excelência de talentos na Grande Baía, acelerar a implementação dos projectos-chave das quatro indústrias, e intensificar os trabalhos de captação de negócios e investimento a nível mundial para estas indústrias, para a Zona de Cooperação Aprofundada se tornar um local de investimento para mais empresas de renome do Interior da China e do exterior. Mais, devemos acelerar a construção económica nessa Zona, bem como o desenvolvimento integrado do turismo de Macau e Hengqin, criar uma grande zona turística com características próprias e mostrar constantemente novos pontos de interesse e novos resultados, a fim de impulsionar a diversificação adequada da economia de Macau para um novo patamar.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 16.10.2023

Futuro da humanidade, responsabilidade da China

No dia 26 de Setembro, o Governo Central publicou o livro branco “Construir em conjunto a comunidade de destino comum da humanidade: iniciativas e acções da China”, apontando a nova conjuntura internacional, as novas características da governação e as novas perspectivas do mundo, expondo, de forma sistemática, as preconizações da China, e apelando à união, à cooperação e ao desenvolvimento.

Zhang Dai (1020-1077 d.C.), confucianista da Dinastia Song do Norte, tinha uma frase famosa: “há que promover valores correctos sobre o mundo, escolher o rumo correcto para a população, valorizar os ensinamentos confucianistas e criar paz duradoura para a humanidade”. A ideia de construir a comunidade de destino comum da humanidade baseia-se na cultura e na tradição chinesas, e é uma concretização importante do pensamento cultural do Presidente Xi Jinping, pois demonstra, através de acções, a grandeza de coração, a nobreza do ideal e o sentido de responsabilidade da nação. Trata-se de uma anáfora integral do mote de Zhang Dai, pois, neste momento de aceleração de mudanças sem precedentes, a referida ideia significa forças importantes para garantir a segurança, a estabilidade, a cooperação e o desenvolvimento, para um mundo em mutação e entrelaçamento.

Essa ideia tem a sua raiz numa cultura profunda e histórica longa. Segundo o livro branco, a nação chinesa defende que “o mundo é uma família”, “a fraternidade entre os povos promove a prosperidade e a harmonia entre as nações”, “os fortes não devem controlar os fracos, e os ricos não devem humilhar os pobres”, “o que debaixo do céu é público”, e “aprender com os excelentes resultados da diversidade e integração civilizacional do mundo é a aspiração geral de toda a humanidade”.

Na história, Macau desempenhou um papel especial no intercâmbio cultural e na aprendizagem mútua entre o oriente e o ocidente. Assim, face à história e à realidade, cheguei a propor, numa IAOD, que procurássemos transformar Macau na zona piloto de “intercâmbio e aprendizagem mútua entre civilizações”, para potenciar os nossos pontos fortes, no sentido de servir o País. Hoje, por ocasião do 10.º aniversário da formulação da ideia de construção da comunidade de destino comum da humanidade, gostaria de reiterar essa esperança e apresentar duas sugestões:

1. Os serviços competentes devem reforçar os estudos, tendo como tema o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre civilizações, e aproveitar os recursos culturais do Interior da China e do exterior, para organizar, de forma planeada, exposições e espectáculos de qualidade, em colaboração com as associações cívicas, com vista a elevar o nível de curadoria e de preparação. Assim, Macau poderá tornar-se uma verdadeira “capital de exposições” e “das artes performativas”, elevando as qualidades humanas da região, e, ao mesmo tempo, estender os seus benefícios à Grande Baía, acelerando a sua partilha e integração.

2. O futuro compartilhado da humanidade e a iniciativa de cooperação “Uma Faixa, Uma Rota” constituem a concretização prática e importante dos respectivos conceitos. Propõe-se que Macau se articule com os países ao longo de “Uma Faixa, Uma Rota”, exportando e introduzindo activamente projectos de intercâmbio cultural, e promovendo a herança e o desenvolvimento cultural, para que os países abrangidos por “Uma Faixa, Uma Rota” possam conhecer melhor a visão civilizacional chinesa, bem como o desenvolvimento e os valores do país. Macau deve cumprir os seus deveres e trabalhar em prol dos interesses nacionais, para que nem os deveres para com a Nação nem os interesses nacionais sejam deixados de fora.

No próximo ano, celebra-se o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, e as gentes de Macau sempre tiveram a boa tradição cultural de “Amando a Pátria, olhar para o Mundo”, por isso, vamos trabalhar com pragmatismo para obter mais resultados. Vamos apoiar plenamente o Governo da RAEM na abertura de um novo capítulo na concretização com sucesso do princípio “um País, dois sistemas”.